



SUMÁRIO

Secretaria Municipal de Administração	01
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	01
Secretaria Municipal de Governo	03
Atos Oficiais – Conselhos Municipais	04

DIÁRIO DO MUNICÍPIO

Secretaria Municipal de Administração

Expediente

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 076/2023 - PROCESSO Nº 224/2023. Ratifico e reconheço no presente caso a Dispensa de Licitação para a contratação da empresa NILSON MOREIRA CARDOSO para a Aquisição de cargas de oxigênio industrial para a serralheria da Secretaria Municipal de Obras Públicas, a ser executado com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/21, perfazendo o valor total de R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais). O processo na íntegra e as obrigações da contratante e da contratada encontram-se disponíveis no endereço eletrônico <http://transparencia.patosdeminas.mg.gov.br:8444/paginas/publico/lei12527/licitacoes/consultarLicitacao.xhtml?tipo=int> e no PNCP. Patos de Minas, 14 de setembro de 2023. Ana Paula Lara de Vasconcelos Ramos – Secretária Municipal de Administração.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 78/2023 – Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de caminhão Munck, para prestar serviços para o município de Patos de Minas-MG, em favor do licitante: GUINDASTE PATENSE LTDA, para o item 01, com o valor unitário de R\$190,00 (cento e noventa reais). Maiores informações disponíveis nos sites: www.patosdeminas.mg.gov.br e www.licitanet.com.br. Patos de Minas, 13 de setembro de 2023. Ana Paula Lara de Vasconcelos Ramos – Secretária Municipal de Administração.

AVISO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90/2023 – Objeto: Aquisição de uniformes escolares para os alunos das Escolas Municipais de Ensino, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, tipo menor preço por item/grupo. Limite de Acolhimento das Propostas: Dia 29/09/2023 às 12:59 (doze horas e cinquenta e nove minutos); Início da Sessão de Disputa de Preços: 29/09/2023 às 13:00 (treze horas). Local: www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital completo encontra-se disponível nos sites: <http://www.transparencia.patosdeminas.mg.gov.br/paginas/publico/lei12527/licitacoes/consultarLicitacao.xhtml?tipo=int> <https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1> e www.licitanet.com.br. Maiores informações, junto à Prefeitura Municipal de Patos de Minas, situada na Rua Dr. José Olympio de Melo, 151 – Bairro Eldorado. Fones: (34) 3822-9642 / 9607.

EXTRATOS DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E APOSTILAMENTOS – PERÍODO DE 28/08/2023 A 01/09/2023 – CONTRATOS - Contrato nº 124/2023 Pregão Eletrônico nº 065/2023 Contratado(a): SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA Objeto: Contratação de software, acessível via web, contendo módulo para apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF e confronto com resultados disponibilizados pela Secretaria do Estado de Fazenda/MG, com treinamento aos usuários sobre as funcionalidades do sistema e orientações técnicas sobre as informações/relatórios disponibilizados no software. Valor: R\$1.308.000,00 (um milhão e trezentos e oito mil reais) Vigência: 60 (sessenta) meses da data de assinatura do contrato Data de Assinatura: 29/08/2023 Contrato nº 125/2023 Inexigibilidade por Credenciamento nº 016/2023 Contratado(a): ALISSON LIMA SIMÕES DE MIRANDA Objeto: Credenciamento de laboratórios de tecnologia de materiais para a prestação de serviços técnicos especializados na área de engenharia, arquitetura e urbanismo em obras e serviços no Município de Patos de Minas Vigência: 28/08/2024 Data de Assinatura: 29/08/2023 - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - Ata de Registro de Preços nº 185/2023 Pregão Eletrônico nº 070/2023 Contratado(a): ATACADÃO DA GRAMA BH LTDA Objeto: Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de grama, denominada “São Carlos”, para a instalação em praças, parques e áreas verdes do Município de Patos de Minas Vigência: 30/08/2024 Data de Assinatura: 29/08/2023 – APOSTILAMENTOS - 1º Termo de Apostilamento Contrato de Locação não residencial nº 017/2022 Dispensa de Licitação nº 010/2022 Contratado (a): ULISSES GONÇALVES DOS SANTOS Objeto: Inclusão da fonte orçamentária: Dotação 2.762 – Gestão da Política de Trânsito e Transporte; Fonte 01 0500 0000 0000 Recursos Não Vinculados de Impostos Data de Assinatura: 28/08/2023 1º Termo de

Apostilamento Ata de Registro de Preços nº 028/2023 Pregão Eletrônico nº 114/2022 Contratado (a): ANDRÉ E. S. SCHILLING Objeto: O presente instrumento tem por objeto a alteração da razão social da detentora da Ata para “TRAUM ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA” e de endereço para “Rua Caldas Junior, nº 293 – Bairro Farroupilha, Ivoti - RS, Cep: 93900-000” Data de Assinatura: 31/08/2023 - Patos de Minas, - LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA - Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Expediente

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS INTERESSADAS EM PROMOVER OFERTAS DE EMPREGABILIDADE E DOAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO 1º INCLUI PATOS – 1 ANO DE PROMAM 5.0, PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE PATOS DE MINAS (MG). O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS torna público que será feito o credenciamento de pessoas jurídicas interessadas em divulgar vagas de emprego, bem como pessoas físicas e jurídicas para o fornecimento de alimentos, brindes, patrocínio de palestrante, patrocínio aluguel de equipamento de som e patrocínio de aluguel de cadeiras, itens os quais serão destinados para a realização do evento 1º Incluir Patos – 1 ano de Promam 5.0, que será realizado no dia 27 de setembro de 2023, das 8h às 13h, no salão de festas da DB, em comemoração ao Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência. 1. DATAS, LOCAIS E HORÁRIOS: 1.1 A entrega dos itens deverá ser realizada no PROMAM 5.0, que funciona na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada à Avenida Brasília, 85, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Patos de Minas/MG, da seguinte forma: Produtos Perecíveis: Até às 8h30 do dia 27 de setembro de 2023. 1.2 Produtos Não Perecíveis: Até às 13h do dia 26 de setembro de 2023. 1.3. O evento será realizado no dia 27 de setembro de 2023, das 8h às 13h, no salão de festas da DB, em comemoração ao Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência e ao 01 ano de PROMAM 5.0. 2. DO OBJETO 2.1 O presente Chamamento Público tem por objetivo: A divulgação de vagas de emprego por até 12 pessoas jurídicas (empresas) interessadas e que tenham vagas de emprego para PCD (Pessoa com Deficiência) entre as vagas disponíveis. A captação dos itens descritos abaixo, que serão distribuídos entre os participantes do evento (pessoas com deficiência, familiares, autoridades, profissionais de instituições de defesa e garantia de direitos, profissionais de instituições encaminhadoras, formadoras e empregadoras, público em geral): Alimentos: 300 copos de água 200ml; 300 caixas de suco ou achocolatado 200ml; 100kg de salgadinhos e quitandas variadas (pão de queijo, biscoito, coxinha, empada, risole, bodas, bolachas, rosquinhas, etc); 300 copos de salada de frutas 200ml; 60 garrafas de refrigerante 2.2. Aluguel: 300 Cadeiras tubulares Equipamento de som Patrocínio: Contratação, deslocamento, hospedagem de palestrante PCD Brindes: Materiais diversos para sorteio (alimentos não perecíveis, materiais de divulgação (bonés, squeeze, blocos de anotações, canetas, etc) Decoração: 2.3. arranjos de decoração de mesa 2.4 O Credenciado terá o direito à divulgação publicitária no dia evento, podendo utilizar folder, banner, backdrop e demais materiais de divulgação. 3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO 3.1 Poderão participar do Chamamento Público os interessados que atenderem às exigências estabelecidas no termo de referência e edital. 3.2 As empresas empregadoras deverão estar aptas a captar os currículos dos usuários interessados. 3.3 As empresas empregadoras deverão utilizar um espaço de até 3 m² (três metros quadrados). 3.4 As empresas empregadoras deverão levar uma mesa e duas cadeiras para atendimento ao público, bem como seus itens de escritório (canetas; blocos; formulários; etc.). 3.5 Poderão efetuar a doação dos itens descritos de forma livre e espontânea no momento de seu credenciamento no processo, atendendo à demanda total ou parcial, conforme descrita no item 2.1. 3.6 É vedada a publicidade de natureza religiosa ou político-partidária, bem como de produtos fumígenos, bebidas e outros que atentem contra a moral e os bons costumes. A participação no credenciamento implica na integral e incondicional aceitação de todas as cláusulas e condições previstas no Termo de Referência, edital e seus anexos e das normas que o integram, bem como no enquadramento destas condicionantes do objeto. 3.7 Os interessados deverão indicar o preposto responsável por todos os atos necessários em nome da credenciada. 4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 4.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital. 4.2 A impugnação deverá ser realizada por forma escrita, a ser protocolada no setor administrativo do Promam 5.0. 4.3 Caberá à equipe técnico-administrativa do Promam 5.0, com o suporte da Procuradoria Geral do Município, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação. 4.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame. 4.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo deverão ser enviados até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para cada uma das datas previstas, por meio de protocolo de forma escrita no setor administrativo do Promam 5.0. 4.6 A equipe técnico-administrativa do Promam 5.0, com o suporte da Procuradoria Geral do Município, responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido. 4.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame. 4.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação. 4.8 As

respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração. 5. DA PROPOSTA E PROCEDIMENTO 5.1. O (a) Interessado (a) deverá apresentar o que deseja, seja como empresa empregadora seja como pessoa física ou jurídica interessada em doar, no setor administrativo do Promam 5.0, mediante a apresentação do Formulário de Credenciamento constante do Anexo II deste edital, devidamente preenchido e assinado, acompanhado dos seguintes documentos: I. PESSOA JURÍDICA a) ato constitutivo da empresa; b) comprovante de inscrição no CNPJ; c) comprovante de regularidade fiscal da empresa junto à União, Estado e Município; d) comprovante de endereço da empresa; e) CPF e RG do representante legal. II PESSOA FÍSICA a) CPF e RG; b) comprovante de regularidade fiscal junto à União, Estado e Município; c) comprovante de endereço. 5.2 Concluída a fase do recebimento dos documentos referentes ao credenciamento, o setor administrativo do Promam 5.0 elaborará relatório contendo a lista de alimentos/lanches e nome dos respectivos doadores. 5.3 A lista será publicada no site da Prefeitura por um período de 10 dias. 5.4 Os itens doados deverão obrigatoriamente ser distribuídos entre os participantes do evento. 5.5 A aceitação dos itens descritos nesse documento são atos exclusivos da Secretaria Municipal Desenvolvimento Social, reservando-se o direito de rejeitar ofertas em desacordo com o presente termo e edital. 6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 6.1 Os itens a serem doados podem ser oferecidos por pessoa física e/ou jurídica, conforme condições descritas do Termo de Referência -Item VI. 6.2 A qualquer tempo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social poderá alterar, suspender ou proceder a devolução da oferta de itens doados por pessoa física e/ou jurídica, que deixar de satisfazer às exigências estabelecidas neste Edital e termo de referência e nas normas legais, sem que caiba qualquer indenização. 6.3 Nenhuma indenização será devida aos participantes credenciados por efetuarem doação relativa ao presente Chamamento Público. 6.4 O presente Edital poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, ou anulado no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. 6.5 Todas as publicações como alterações ou prorrogações do Edital, serão efetuadas no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS, bem como nos demais órgãos de imprensa. 6.7 Fica o Credenciado ciente de que a simples apresentação da proposta de doação implicará na aceitação das condições estabelecidas neste Edital. 6.8 Informações e esclarecimentos sobre o presente Chamamento Público serão prestados pelo Promam 5.0, localizado na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada à Avenida Brasília, 85, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Patos de Minas/MG, com funcionamento das 7h às 18h. 7. DOS ANEXOS 7.1 O presente Edital possui os seguintes anexos: Anexo I- Termo de Referência Anexo II- Formulário de Credenciamento. Apresentada a documentação acima relacionada, fica dispensada a formalização de contrato entre as partes. Patos de Minas, 6 de setembro de 2023. Nayara Cristina de Faria Cunha Encarregada de Inclusão Produtiva ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS INTERESSADAS EM PROMOVER OFERTAS DE EMPREGABILIDADE E DOAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO 1º INCLUI PATOS – 1 ANO DE PROMAM 5.0, PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE PATOS DE MINAS (MG). I – DAS CONDIÇÕES GERAIS 1. O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, realizará o evento 1º Inclui Patos – 1 ano de Promam 5.0, no dia 27 de setembro de 2023, das 8h às 13h, no salão de festas da DB, em comemoração ao Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência. 2. As empresas empregadoras estarão com suas vagas de empregos disponíveis e receberão dos interessados seus currículos e farão uma pré-entrevista, encaminhando, posteriormente, o candidato para a efetivação de seu vínculo empregatício com a empresa. 3. Os itens a serem doados serão utilizados no evento e distribuídos entre os participantes (pessoas com deficiência, familiares, autoridades, profissionais de instituições de defesa e garantia de direitos, profissionais de instituições encaminhadoras, formadoras e empregadoras, público em geral). Estima-se um público de 200 a 300 pessoas. 4. A ação se propõe a comemorar o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, bem como 1 ano do início das atividades do PROMAM 5.0, objetivando associar os princípios do atendimento deste setor, a saber: qualificação profissional, acesso ao mundo do trabalho e economia solidária, neste dia, em especial, com foco na pessoa com deficiência. Haverá depoimentos, palestras, feira de oportunidades e rodas de conversas. 5. Sendo assim, como forma de abrilhantar o evento, servir o lanche aos presentes e possibilitar a divulgação dos parceiros, o MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS pretende promover o CHAMAMENTO PÚBLICO de pessoas físicas ou jurídicas interessadas em participar do evento 1º Inclui Patos – 1 ano de Promam 5.0, mediante oferta de vagas de emprego e a doação dos itens em troca da exploração publicitária na forma de divulgação da logomarca dos parceiros durante o período de realização do evento. 6. O projeto será realizado no dia 27 de setembro de 2023, das 8h às 13h, no salão de festas da DB, em comemoração ao Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência. 7. Poderão ser doados os seguintes itens: Alimentos: 300 copos de água 200ml; 300 caixas de suco ou achocolatado 200ml; 100kg de salgadinhos e quitandas variadas (pão de queijo, biscoito, coxinha, empada, risole, bodas, bolachas, rosquinhas, etc); 300 copos de salada de frutas 200ml; 60 garrafas de refrigerante 2l. Aluguel: 300 Cadeiras tubulares Patrocínio: Contratação, deslocamento, hospedagem de palestrante PCD Brindes: Materiais diversos para sorteio (alimentos não perecíveis, materiais de divulgação (bonés, squeeze, blocos de anotações, canetas, etc) Decoração: 3 arranjos de decoração de mesa 8. Os alimentos/lanches poderão ser doados separadamente ou embalados em kits com a logomarca do credenciado. As doações deverão ser entregues no PROMAM 5.0, local onde funciona na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada à Avenida Brasília, 85, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Patos de Minas/MG, da seguinte forma: Produtos Perecíveis: Até às 8h30 do dia 27 de setembro de 2023. Produtos Não Perecíveis: de segunda à sexta-feira, das 7h às 18h e até às 18h do dia 26 de setembro de 2023. 9. No momento de seu

credenciamento o interessado deverá preencher o formulário constante do Anexo II, informando como deseja participar, seja como empresa empregadora seja como pessoa física ou jurídica que doará os itens para o evento, apresentando o material publicitário a ser divulgado. 10. São de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a montagem, o envio em meio digital de suas marcas, bem como a confecção e entrega dos materiais a serem utilizados para divulgação. 11. O material de divulgação do CREDENCIADO deverá conter arquivo com no máximo 04 segundos de duração, para fins de divulgação de forma igualitária entre todos os participantes do Chamamento Público. 12. O nome do CREDENCIADO também será divulgado através do cerimonial do projeto no início e ao final do evento. 13. O CREDENCIADO será o único responsável pela entrega do material de divulgação de sua marca/empresa, sendo de sua inteira responsabilidade o conteúdo da publicidade e quaisquer outros problemas decorrentes de defeitos nos materiais apresentados, não sendo exigível do MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS qualquer tipo de indenização ou ressarcimento neste sentido. 14. O CREDENCIADO ficará responsável pelos custos advindos da confecção dos seus materiais ofertados, incluindo transportes, tributos, taxas e todo e qualquer outro custo que possa advir para o total adimplemento de suas obrigações, não cabendo ao MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS qualquer ônus. 15. O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte o material de divulgação derivado do Chamamento Público, se estiver em desacordo com as especificações do presente instrumento ou contrário à legislação vigente. 16. Caso não realizado o projeto, na data previamente informada, a equipe técnica do PROMAM 5.0 - Secretaria de Desenvolvimento Social informará aos credenciados novas datas do evento com até 48 horas de antecedência. 17. O CREDENCIADO não receberá qualquer pagamento em dinheiro ou qualquer outra vantagem por parte do MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, posto que a única contrapartida expressa no credenciamento será a exploração de publicidade no momento de realização do evento. 18. Não será permitida a cessão dos direitos de divulgação para terceiros não credenciados no Chamamento Público. 19. O credenciamento poderá ser denunciado pelas partes a qualquer tempo, antes da data de realização do evento. 20. A apresentação do formulário para credenciamento, conforme Anexo II, dispensa a formalização de contrato entre as partes. 21. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social, responsável pela realização do evento. II - DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS 1. Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução do objeto do Chamamento Público, isentando o MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência deles. 2. Efetuar a doação dos itens de forma livre e espontânea no momento de seu credenciamento no processo. 3. Observar todas as condições estabelecidas no presente instrumento. III - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 1. Realizar contato e alinhamento com as empresas empregadoras que estarão com seus espaços no evento. 2. Receber os itens doados e organizar a sua utilização e distribuição aos participantes presentes no evento. 3. Receber os itens e o material de divulgação apresentado pelo CREDENCIADO e promover a sua apresentação e divulgação durante o período de realização do evento. 4. Tomar todas as providências pertinentes à realização e execução do evento 1º Inclui Patos – 1 ano de Promam 5.0. IV - DO PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO 1. Os interessados na parceria poderão realizar o seu credenciamento junto à Secretaria de Desenvolvimento Social, situada à Avenida Brasília, 85, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Patos de Minas/MG, das 07:00 às 18:00 horas, a partir da data de publicação do Edital de Chamamento Público e até as 13:00 horas, do dia anterior ao evento. V - DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E FUNDAMENTO LEGAL 1. O presente credenciamento terá vigência no período compreendido a data de publicação do Edital e a realização do evento 1º Inclui Patos – 1 ano de Promam 5.0. 2. O Chamamento Público será realizado com fundamento nos artigos 6º e 79 da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). VI - DO PERÍODO DE ENTREGA 1. Os itens podem ser oferecidos por pessoa física e/ou jurídica, deverão ser entregues no PROMAM 5.0, que funciona na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada à Avenida Brasília, 85, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Patos de Minas/MG, da seguinte forma: Produtos Perecíveis: Até às 8h30 do dia 27 de setembro de 2023. Produtos Não Perecíveis: de segunda à sexta-feira, das 7h às 18h e até às 18h do dia 26 de setembro de 2023. Nayara Cristina de Faria Cunha Encarregada de Inclusão Produtiva APROVAÇÃO DE PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS INTERESSADAS EM PROMOVER OFERTAS DE EMPREGABILIDADE E DOAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO 1º INCLUI PATOS – 1 ANO DE PROMAM 5.0, PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE PATOS DE MINAS (MG). Considerando que o Projeto Básico / Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto que pretendemos contratar, APROVO o referido documento para que obrigatoriamente seja parte integrante do edital. Patos de Minas, 06 de setembro de 2023. Jorgiane Suelen de Sousa Secretária Municipal de Desenvolvimento Social ANEXO II FORMULÁRIO DE CREDENCIAMENTO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº/2023 PROCESSO DIGITAL Nº /2023

1. CREDENCIADO (QUALIFICAÇÃO COMPLETA):

.....
.....
.....
.....

..... 2. VAGAS DE
EMPREGOS EM ABERTO

..... 3. ITENS
DOADOS.....

.....4. MATERIAL DE
DIVULGAÇÃO

..... 5. DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO

O CREDENCIADO declara que tem pleno conhecimento das condições de participação no processo de Chamamento Público nº 2023 e se compromete a cumprir as obrigações previstas no Edital e no Termo de Referência. Patos de Minas (MG), de 2023. CREDENCIADO / Representante legal Aprovação pelo Município () Deferido o credenciamento () Indeferido o credenciamento. Nome do responsável e data.

Secretaria Municipal de Governo

Expediente

Convênio nº 14/2023, Conveniada: Fundação Hospitalar Do Estado De Minas Gerais: Tem por objeto a cessão do servidor Willian Moraes De Melo, lotado no Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, na função Bucomaxilo, para prestar seus misteres no Hospital Regional Antônio Dias – HRAD. Vigência: 05/09/2023 a 05/09/2028. Patos de Minas, 15 de setembro de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

1º Aditivo ao Termo de Convênio, Parte: Universidade Federal de Uberlândia com intervenção da Fundação de Apoio Universitário - FAU. Objeto: Alteração do Plano de Trabalho. Assinatura: 31/08/2023. Patos de Minas, 15 de setembro de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

1º Aditivo ao Termo de Convênio 02/2021, Parte: Câmara Municipal De Patos De Minas. Objeto: Alteração das Cláusula Primeira e Cláusula Segunda. Assinatura: 06/09/2023. Patos de Minas, 15 de setembro de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Fomento nº 52/2023, Organização da Sociedade Civil: Acadêmicos Do Samba De Patos De Minas. Objeto: Tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuição) visando reparos na sede da instituição, conforme detalhado no Plano de Trabalho. Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Vigência: 12/09/2023 a 31/01/2024. Patos de Minas, 15 de setembro de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Fomento nº 53/2023, Organização da Sociedade Civil: Posto de Assistência Chico Xavier. Objeto: Tem por objeto o repasse de recurso financeiro (subvenção e auxílio) visando o atendimento de crianças e adolescentes, adultos e seus familiares que se encontram em vulnerabilidade social, conforme detalhado no Plano de Trabalho. Valor: R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais). Vigência: 12/09/2023 a 30/09/2024. Patos de Minas, 15 de setembro de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Retifica-se a publicação realizada no Diário Oficial de Patos de Minas no dia 21/08/2023, onde se lê: “Termo de Responsabilidade de Adoção nº 21/2023, Adotante: Eduardo Júnior Costa Amorim, Objeto: Tem por objeto a adoção do seguinte equipamento público, no âmbito do Programa Viva Patos: I – CANTEIRO CENTRAL – situado na Av Leôncio Pereira dos Santos, localizada entre as quadras 58,59,61 e 62 setor 01, Bairro Alto dos Caiçaras. Vigência: 10/08/2023 a 10/08/2028. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.” Leia-se “Termo de Responsabilidade de Adoção nº 21/2023, Adotante: Eduardo Júnior Costa Amorim, Objeto: Tem por objeto a adoção do seguinte equipamento público, no âmbito do Programa Viva Patos: I – CANTEIRO CENTRAL – situado na Av Leôncio Pereira dos Santos, localizada entre as quadras 58,59,61 e 62 setor 01, Bairro Alto dos Caiçaras. Vigência: 10/08/2023 a 10/08/2028. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Sandra

Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal - Interina.” Patos de Minas, 15 de setembro de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Retifica-se a publicação realizada no Diário Oficial de Patos de Minas no dia 21/08/2023, onde se lê: “2º Aditivo ao Termo de Fomento nº 51/2022, Organização da Sociedade Civil: Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Patos de Minas. Objeto: Prorrogação da vigência do termo originário até 31/08/2023. Assinatura: 27/04/2023. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.” Leia-se “2º Aditivo ao Termo de Fomento nº 51/2022, Organização da Sociedade Civil: Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Patos de Minas. Objeto: Prorrogação da vigência do termo originário até 31/08/2023. Assinatura: 27/04/2023. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal - Interina.” Patos de Minas, 15 de setembro de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Retifica-se a publicação realizada no Diário Oficial de Patos de Minas no dia 21/08/2023, onde se lê: “Justificativa nº 94/2023, processo 19433-23-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se a dispensa do chamamento público, para celebração da parceria com a Associação De Proteção A Maternidade Infância e Velhice De Patos De Minas. Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.” Leia-se “Justificativa nº 94/2023, processo 19433-23-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se a dispensa do chamamento público, para celebração da parceria com a Associação De Proteção A Maternidade Infância e Velhice De Patos De Minas. Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal – Interina.” Patos de Minas, 15 de setembro de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Retifica-se a publicação realizada no Diário Oficial de Patos de Minas no dia 21/08/2023, onde se lê: “Justificativa nº 95/2023, processo 19465-23-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se a dispensa do chamamento público, para celebração da parceria com a Associação De Proteção A Maternidade Infância e Velhice De Patos De Minas. Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.” Leia-se “Justificativa nº 95/2023, processo 19465-23-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se a dispensa do chamamento público, para celebração da parceria com a Associação De Proteção A Maternidade Infância e Velhice De Patos De Minas. Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal – Interina.” Patos de Minas, 15 de setembro de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Retifica-se a publicação realizada no Diário Oficial de Patos de Minas no dia 21/08/2023, onde se lê: “Justificativa nº 96/2023, processo 23536-23-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se a dispensa do chamamento público, para celebração da parceria com a Associação Pais E Amigos Dos Excepcionais De Patos De Minas. Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.” Leia-se “Justificativa nº 96/2023, processo 23536-23-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se a dispensa do chamamento público, para celebração da parceria com a Associação Pais E Amigos Dos Excepcionais De Patos De Minas. Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal - Interina.” Patos de Minas, 15 de setembro de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Retifica-se a publicação realizada no Diário Oficial de Patos de Minas no dia 21/08/2023, onde se lê: “Justificativa nº 97/2023, processo 20097-23-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se a dispensa do chamamento público, para celebração da parceria com a Casa da Acolhida. Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do

endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.” Leia-se “Justificativa nº 97/2023, processo 20097-23-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se a dispensa do chamamento público, para celebração da parceria com a Casa da Acolhida. Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal - Interina.” Patos de Minas, 15 de setembro de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Retifica-se a publicação realizada no Diário Oficial de Patos de Minas no dia 21/08/2023, onde se lê: “Justificativa nº 98/2023, processo 20034-23-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se a dispensa do chamamento público, para celebração da parceria com a Lar Vicentino Padre Almor. Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.” Leia-se “Justificativa nº 98/2023, processo 20034-23-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se a dispensa do chamamento público, para celebração da parceria com a Lar Vicentino Padre Almor. Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal - Interina.” Patos de Minas, 15 de setembro de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal. “Justificativa nº 99/2023, processo 19152-23-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se a dispensa do chamamento público, para celebração da parceria com as Obras Sociais Eurípedes Barsanulfo. Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.” Leia-se “Justificativa nº 99/2023, processo 19152-23-PAT-GOV. O Município de Patos de Minas conforme base jurídica entende-se a dispensa do chamamento público, para celebração da parceria com as Obras Sociais Eurípedes Barsanulfo. Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 21 de agosto de 2023. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal - Interina.” Patos de Minas, 15 de setembro de 2023. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Atos Oficiais – CONSELHOS MUNICIPAIS

Conselho Municipal de Alimentação Escolar

CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CMAE DE PATOS DE MINAS/MG, conforme o ofício nº 600/2023 – Semed. CONVOCA Conselheiros (as) titulares e suplentes para reunião ordinária, que acontecerá no dia 19 de setembro (terça-feira), às 08h, no Salão do Juri na sede da Secretaria Municipal de Educação situada na Av. Getúlio Vargas, no 245, Centro, Patos de Minas.- MG, CEP 38700-126, com a seguinte pauta: Abertura e verificação do quórum; Leitura e aprovação de atas das reuniões anteriores;

Apresentação e análise das ações em andamento da merenda escolar - Jordelina Fernandes Ferreira (nutricionista); Apresentação dos relatórios pelas equipes que já concluíram as visitas as instituições, conforme cronograma. Informes diversos; Encerramento. Patos de Minas. 14 de setembro de 2023. Lúcia Helena Sousa, presidenta do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CMAE.

Conselho Municipal de Educação

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA GESTÃO 2019/2023. Aos dezesseis dias do mês de novembro de 2022, às 13h30min, o presidente do Conselho Municipal de Educação, Eder Teixeira Piau cumprimentou a todos e comunicou que aguardaria o prazo regimental para iniciar a reunião devido à insuficiência de quórum. Às 13h57min, vencido o prazo legal, deu-se início à reunião. O presidente Eder, assim como na reunião anterior fez novas críticas à falta de respeito com o Conselho como: não obtenção de resposta aos ofícios enviados ao Senhor Prefeito e a SEMED há mais de 30 dias. Diante da não resposta da SEMED, Eder sugeriu colocar a votação, se o Conselho enviaria uma convocação, via ofício, às coordenadoras dos CMEIs comparecerem a próxima reunião, para responderem o ofício enviado a SEMED em relação ao número de vagas e a permanência integral ou não. Eder solicitou também ao Professor Vereador Daniel Amorim, Presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores, uma maior parceria com o Conselho para maior valorização e caminhar juntos com os planos para a educação. Citou que o Conselho e a Comissão de Educação precisam cobrar e fiscalizar as reformas das

escolas, pois há muito dinheiro envolvido, mas com reformas paradas ou com poucos funcionários trabalhando. Por unanimidade os conselheiros presentes votaram para a convocação das coordenadoras dos CMEIs. Dando sequência a pauta, Eder perguntou se alguém tinha alguma consideração a ser feita sobre as atas das reuniões de setembro e outubro. A conselheira Maraisa Cristina Dâmaso solicitou a correção de que ela está na comissão de eleição para diretores municipais como titular e a conselheira Gláucia Lopes Amaral como suplente. Sem mais colocações, as atas foram aprovadas. Em seguida o presidente informou aos presentes que antes de seguir com a pauta da reunião, destinaria 15 minutos para atender à solicitação das ex conselheiras Márcia Helena Amâncio e Karine Pereira Rocha. As ex conselheiras informaram que suas presenças naquela reunião tinha o objetivo de solicitar a retificação da ata da reunião do mês de março em que o registro afirma que a escolha para os delegados da Conferência Intermunicipal da AMAPAR Estadual de Educação foi feita, por elas, de forma aleatória. Com o propósito de esclarecer aos Conselheiros presentes, Eder oportunamente leu o trecho da ata da trigésima reunião que diz: “A Assessora Técnica Denise alegou que tudo foi muito corrido e que ela não pode falar pelas outras pessoas envolvidas que no momento não fazem parte do sistema, contou ainda que no dia 04 de dezembro a Vice-presidente do Conselho e a Diretora pedagógica Márcia Amâncio apontaram os conselheiros que seriam os Delegados e isso foi aleatoriamente, em função da urgência.” Eder complementou que na sexta-feira, por volta das 17h, dia anterior a conferência, ele recebeu da Lázara o link para inscrição da conferência, sendo muito em cima da hora. Eu, Carmélia Maria Silva, confirmei que também recebi na mesma data. Márcia Amâncio retorna com a palavra e declara que causa estranheza o texto com aquelas afirmações. Primeiro porque no dia 01/12/ 2021 em reunião do CME em que esteve representando a Assessora Técnica, surgiu a divergência entre os números de delegados para a cidade de Patos de Minas. A equipe de Assessoria da AMAPAR (Associação dos Municípios de Alto Paranaíba) informou que seriam 08 delegados e o Regimento da Conferência apresentado pela representante do Polo Focal, conselheira Karine, informava o total de 16 delegados e os critérios de escolha. Naquela reunião Márcia e Karine informaram que o número de delegados e os critérios de escolha seriam esclarecidos, e a Assessora Técnica do CME os esclareceria na reunião do CME, agendada para o dia 03/12/2021, com o objetivo de discutir o Edital de Contratação para o Quadro de Profissionais da Rede Municipal. Todavia o esclarecimento do número de delegados e os critérios de escolha não foi apresentado aos Conselheiros naquele dia. Diante dessa informação, Márcia e Karine, no dia 04/12/2021, preocupadas em promover a participação efetiva de todos os segmentos envolvidos na Conferência, embaixadas pelo Regimento da Conferência, apresentam para a Assessora Técnica uma proposta com os critérios de escolha e os nomes dos Conselheiros que representam cada segmento. A proposta foi elaborada para ser apresentada pela Assessora Técnica e discutida em reunião, sobre o mesmo Edital, que aconteceria no dia 06/12/2021. A vice-presidente do Conselho Márcia Helena Rodrigues Matos questionou que, sua suplente no conselho, foi convocada como delegada e ela, como titular, não teve conhecimento. Márcia Amâncio, esclareceu para vice-presidente que o texto com a proposta e sugestões dos representantes, por segmentos, elaborada não consta o nome de sua suplente. Após esses esclarecimentos, Eder garantiu o registro em ata do que eu fui solicitado e agradeceu. Márcia e Karine agradeceram o espaço. Em solicitação, foram eleitos por unanimidade os conselheiros Daniel Amorim, como titular, e Ricardo Barreto como suplente para representarem o conselho no CACS-FUNDEB. Na sequência, a professora de ensino religioso da rede municipal, Danielle Nogueira, apresentou que a forma de contratação dos profissionais para lecionar este componente curricular foi alterado no ano de 2021, retirando o professor dos anos iniciais e solicitou o cumprimento da Lei nº 21333/2014. Os presentes Giordano Bruno de Andrade, Eva Cléa Pereira de Jesus Caixeta, Eliane Alves Silva, Márcia Helena Rodrigues Matos, Maraisa Dâmaso, Fátima Cristiane Mendes de Queiroz, Júlio César Ferreira Brasil debateram citando a importância do conteúdo. Eder solicitou quatro conselheiros para compor a comissão, para o estudo e apresentação de parecer, que será posteriormente colocado em votação. Os conselheiros eleitos foram: Gláucia, Eliane, Rosa Maria Coelho e Eva Cléa Pereira de Jesus Caixeta. Eder dando sequência a reunião, solicitou a Mariana Braz Rodrigues Ribeiro, da junta reguladora, que explicasse o passo a passo para o diagnóstico de educandos que necessitam de professor apoio. Atualmente a Junta Reguladora conta com um membro da educação e um da assistência social e a APAE que trabalha com diagnóstico auditivo e intelectual, as demais necessidades estão sem assistência especializada. Todo paciente que tenha suspeita de deficiência intelectual ou autismo, deve montar o processo no posto de saúde de sua referência, que é passado e avaliado pela junta reguladora e após aprovado, vai para APAE onde a junta fiscaliza se estão cumprindo a meta de atendimentos. Para montagem do processo são necessárias cópias do cartão do SUS, comprovante de endereço, relatório médico e relatório escolar; e que todo o processo será divulgado aos gestores e supervisores escolares como solicitado pelo conselheiro Júlio. A conselheira Márcia questiona se os responsáveis procuram a junta. Oliveiros Dias Filho questiona se os responsáveis não levam para avaliação, se pode acionar o conselho tutelar e Mariana explica que a junta não pode interferir na decisão da família. Júlio questionou qual é a parceria estabelecida com o NAI (Núcleo de Apoio a Inclusão) e Mariana explicou que a parceria é total para dar assistência as famílias. Eder agradeceu a presença e apresentação de Mariana. Prosseguindo com a pauta, o presidente solicitou a apresentação da Diretora Pedagógica da SEMED, Juliana Cristina Ferreira Guimarães, para apresentação da proposta pedagógica para o ano de 2023. Juliana colocou que estava retornando recentemente de licença médica e analisando o que ocorreu em 2022, as propostas são de parceria,

momento de troca entre as instituições, com o primeiro passo ouvindo as escolas e recuperar a defasagem na alfabetização. As estratégias que serão usadas são: fazer um diagnóstico da rede municipal através de avaliações diagnósticas e analisando resultados; realizar o projeto de alfabetização, utilização de cadernos de atividades para retomada de aprendizagem, formação de professores e secretários escolares, contratação de professores alfabetizadores e realizar intervenções com as necessidades de cada escola. O conselheiro Júlio questionou qual será a forma de seleção do professor alfabetizador. Juliana explicou que para ser contratado, o profissional deve apresentar comprovação de experiência na alfabetização, no ato da contratação pelo processo seletivo. Para 2023, Juliana disse que o planejamento está em construção e alinhamento com a Secretária de Educação com a proposta de vários projetos. Após a apresentação, Juliana respondeu a todos os questionamentos. O conselheiro Jordano pontuou se a BNCC é trabalhada em todas as escolas e Juliana explicou sobre a padronização dos instrumentos de avaliação, sem perder a identidade de cada instituição. Eliane explicou que o plano de curso da rede é oportunizar que os professores busquem onde estão as ineficiências do ensino e melhorá-las. Para 2023 o documento será entregue após ser discutido. Sobre a hora atividade, Juliana explicou que ao ser cumprida em casa, entretanto com a análise feita concluiu-se que ela não teve um resultado positivo e que alguns pontos serão revistos para 2023. Júlio pontuou que o planejamento foi bom para os professores dos anos finais. Entretanto, Márcia complementou que o planejamento com o professor na escola, com o supervisor, é o diferencial e como isso prejudicou os anos iniciais. Segundo Juliana, serão propostos os seguintes projetos: as escolas terão autonomia para desenvolver seus projetos institucionais; foram adquiridos livros didáticos do 1º ao 5º ano, projeto Alfa e Beto, que ainda está sendo estruturado; a Feira de Ciências nas escolas; Educação Financeira nos anos finais; Robótica no contra turno ainda em planejamento; incentivo a participação em olimpíadas: Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas e Olimpíada de Língua Portuguesa; além das parcerias com IFTM, SICOOB, SEBRAE, SESI, UFU, entre outras. Eliane complementou a parceria com a UFU, com a formação de dois cursos: do PDDE Interativo e de educação inclusiva. Eder manifestou fazendo muitas colocações: enfatizou que as avaliações não devem ser feitas por trimestre e sim no início do ano e ao final do ano, a fim de comparação, por uma empresa especializada; a contratação do professor alfabetizador requer estudo sobre a quantidade de contratos devido ao orçamento; os cadernos de aprendizagem necessitam atender a realidade das escolas; o cumprimento da hora atividade deve ser alterada na Lei 381/2012, Eunice Maria Rodrigues Mendonça ainda complementa que a hora atividade foi tirada da LDB; a necessidade de se ter um planejamento diferenciado nas escolas que estejam passando por reformas; quantidade de vagas principalmente na educação infantil; escolas sem supervisores, deixando o pedagógico desfalcado; quantidade de parcerias comerciais nas escolas (vendas de produtos, como fotos). A conselheira Maraisa apontou que as parcerias também vêm da SEMED, e com muitos cargos de confiança na direção de escolas para o ano, muitos pontos precisam de normatização. Carmelia questionou que os projetos apresentados na reunião do dia 27/01/2022, pela Secretária Sônia, não foram executados ao longo do ano, como os projetos: “Casinha de livros”, todas as comunicações seriam feitas pelo Google Network, e-mail institucional para educandos e educadores. Continuando os questionamentos, para 2023, Carmelia perguntou: se os professores começarão com o plano de curso do ano de 2022; terá a formação para os professores na BNCC? Ocorrerá o processo seletivo simplificado? Os prazos estão curtos para contratação em fevereiro de 2023. Ainda apontou que com a quantidade de projetos, terão muitas contratações e podem estar fora do orçamento. Júlio pontuou a importância da formação dos professores novos na rede, para a qualidade de ensino. Gláucia ressaltou a importância da formação dos professores apoio, não cumprimento dos direitos em relação a carga horária, distribuição dos mesmos na rede que de acordo com a lei, podendo agrupar alunos, mas não é o ideal para os educandos na enturmação, fato questionado também pela conselheira Eunice. Jordano sugeriu que as avaliações sejam feitas de acordo com a BNCC. Juliana explicou que um ofício foi enviado com instruções de enturmação, olhando os alunos com laudo, direitos dos professores apoio e carga horária; e formação específica para veteranos e novatos. Gláucia falou sobre TDAH e TOD incluir todas as necessidades atendidas. Eunice cita a nota técnica nº 4 do MEC que nem sempre há necessidade de laudo para acompanhamento. Mateus Maia de Sousa Brum Oliveira citou uma nova instrução. Juliana lembra que a formação dos profissionais em 2019 teve como foco a BNCC e os novatos não participaram. Messias Soares Souza disse que não ocorreu a leitura total do plano de curso e não houve feedback dos formulários. Eunice sugere que a formação continuada seja feita por escola. Ricardo cita a importância da efetivação dos professores de ensino religioso através de concurso público; contratação para atendimento dos alunos especiais para sanar as os problemas das famílias; acabar com as filas na educação; reduzir o número de alunos por turma que tiverem professor apoio; reduzir exames no processo de contratação e formação de equipe multidisciplinar. Márcia falou da importância da formação dos professores, discussão plano de curso e a necessidade de um programa de alfabetização planejado e consolidado. Eder agradece à Juliana pela apresentação que também que agradeceu o espaço dado. O presidente Eder fez a entrega da pasta do CMEI José Pereira da Fonseca para a câmara técnica da educação infantil, para apresentarem parecer na próxima reunião. Eunice pede parecer na reunião para iniciar as matrículas para o primeiro período. Eder explicou que o parecer não será dado nesta reunião pois precisar ser respeitado o prazo. Em resposta ao ofício, Eder pede um membro para participar no processo de elaboração do edital de contratação. O conselheiro Daniel Amorim falou das demandas do edital de contratação. Eder explicou que em reunião anterior com a Secretária Ana Paula prometeu uma reunião extraordinária para análise do edital e não abrirá mais extraordinárias, pois, enfatizou que a educação é cíclica e os prazos devem ser respeitados. Assim que o edital do processo seletivo for enviado, ele será compartilhado com os conselheiros para entrar já em votação na reunião extraordinária. Vânio Moreira Machado pergunta aos conselheiros se são contra ou a favor do processo seletivo. Eder explicou que o conselho legisla na parte pedagógica do edital. O conselheiro Júlio se candidatou e eu, Carmelia,

pedi aos conselheiros, que gostaria muito de participar, pois sou contratada desde 2013 e quero continuar lutando garantindo o melhor aos contratados. Eder sugeriu que iriam os dois conselheiros, Carmelia como titular e Júlio como suplente. O presidente colocou em votação e foram eleitos por unanimidade. Simone Marques Martins questionou quais as escolas passariam pelo processo de municipalização e porque os representantes dessas escolas não participam. Eder respondeu que as escolas são: E. E. Monsenhor Fleury, E. E. Professor Modesto, E. E. Santa Terezinha (prédio pertence a prefeitura, inicialmente pensado para o projeto de robótica). Foi adquirido um prédio sem auditório para formações, que não passou pelo conselho e nem pela câmara. Eder citou que a reforma da E. M. Jacques Correa da Costa não passará por reformas estruturais, como melhoria na parte elétrica. Eunice solicitou o funcionamento de forma precária do CMEI José Pereira da Fonseca. Eder explicou que a câmara técnica vai se reunir no dia seguinte, fazer o parecer com ressalvas e colocá-lo para aprovação em plenária. Eder declarou o encerramento da reunião. Eu Carmélia Maria Silva, lavei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes. Patos de Minas, dezesseis de novembro de dois mil e vinte e dois.

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA GESTÃO 2019/2023. Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às sete horas, o presidente do Conselho Municipal de Educação, Eder Teixeira Piau cumprimentou a todos e comunicou que aguardaria o prazo regimental para iniciar a reunião devido à insuficiência de quórum. Vencido o prazo legal, deu-se início à reunião. O presidente Eder, repassou aos presentes os acontecimentos no Congresso Nacional de Educação – CONAE, que participou, presencialmente, como delegado, presencialmente no evento; deixou à disposição no grupo do Whatsapp do conselho as duas Revistas do CONAE e o Relatório do Plano Nacional de Educação, enfatizando a importância de todos conhecerem as propostas para os próximos anos na educação nacional; no país, 3.800 (três mil e oitocentos municípios estão com problemas nas prestações de contas com o Tribunal de Contas da União em prestações de contas com o FUNDEB e Patos de Minas está em dia com esses débitos; a partir de janeiro de 2023, Eder fará parte da diretoria da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME; em reunião, online, com o Ministro da Educação e a equipe de transição do Governo foi apresentado que o orçamento da Educação Nacional está em déficit de 12 a 15 bilhões, que pode comprometer os próximos 10 anos a partir de 2024; e apontou que a tendência na educação são as formações on-line. Eder agradeceu ao Prefeito e a Secretária de Educação que custearam as despesas para participação no evento. Sônia Silveira pediu a palavra e falou da importância da participação nesse evento para o planejamento de um Fórum de Educação e Eder explicou que as filiações a UNCME e a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais – UNDIMÉ são importantes, pois a duas dão suporte para organização desses eventos, principalmente por Patos de Minas ser referência em educação regionalmente. Dando continuidade à pauta, Eder esclareceu que o ofício enviado às coordenadoras de creches foi respondido na data da última reunião, mas como foi votado uma nova convocação, esta foi mantida. Para responder o questionamento do ofício sobre o porquê da criança só poder ser matriculada na creche em período integral e não somente em meio período, fato que não foi passado no conselho para aprovação. Eder explicou que foram feitas muitas reclamações nesse sentido. A responsável, Kênia Silva (SEMED) não atendeu a convocação e para responder o ofício a coordenadora responsável Kelly Christina Alves de Barros Brasil compareceu. Eder questionou de quem foi a decisão que só seriam aceitas as matrículas nas creches em período integral. Kelly respondeu que não sabia de quem foi a decisão, mas que na lei fala que pode ser integral ou parcial. Eder explicou que as mães que entraram em contato com ele, disseram que não foram dadas a elas a opção de matrícula só em meio período e que se não fosse em período integral a matrícula não poderia ser realizada. Kelly disse que a organização de turmas de períodos parciais é mais difícil. Messias Soares Souza questionou quais foram as orientações dadas as coordenadoras de CMEIs e se havia organização de turmas integrais e parciais. Kelly explicou que na hora do cadastro é a família que informa o período, mas não teve orientação nas organizações das turmas. Maria Valéria de Macedo questionou qual o critério quando a criança possui laudo e Kelly respondeu que a família que decide o melhor período para a criança se adaptar. Sônia esclareceu que na lista de espera das creches não há uma ordem de espera entre período integral e meio período; que é necessário tomar muito cuidado com as reclamações que chegam, pois pode ser que a família quer ser atendida, mas ainda não é a vez dela na lista, as creches estão com ocupação máxima e não há vagas. Na tentativa de aumentar o número de vagas, foi pensado a abertura de turmas no prédio do Colégio Instituto Presbiteriano de Educação - IPE, entretanto como a E. M. Jacques Correa da Costa entrará em reforma ocupará esse espaço e a sede da escola na rua São Geraldo ficará com as turmas de educação infantil, portanto para mais não há mais local para abertura de turmas de creche. Vânio Moreira Machado informou que foi obrigado a tirar seu filho da creche pois a diretora não aceitou ficar somente meio período. Messias questionou a Kelly se tem um levantamento de crianças matriculadas em período parcial e Kelly respondeu que ainda não há. Júlio César Ferreira Brasil perguntou sobre a municipalização, Eder explicou que até o momento está parada aguardando o novo governo estadual a partir de 2023. Sofia Lenira Braga questionou o porquê das crianças de 1º e 2º períodos da E. M. Norma Borges Belluco irem para a E. E. Prof. Renê de Deus Vieira e Sônia respondeu que há uma possibilidade de ser cedida duas salas. Gláucia Lopes Amaral pediu a palavra e propôs que qualquer direito tem que ser exposto

claramente. Sônia disse que tomou conhecimento através de denúncia e que será checado com a coordenadora do CMEI. Eder enfatizou que o Conselho está pedindo a transparência das questões, o que não está ocorrendo e que o assunto só está sendo questionado pois ele recebeu várias reclamações; e que a situação continuaria sendo imposta às famílias como foi imposto ao Vânio. Larissa Alves Dias relatou que ligou em 3 (três) CMEIs e recebeu a mesma informação que não havia a opção de meio período. Eder explicou que tudo que é público e precisa de critérios e questionou de quem saiu a ordem, de quem foi a tomada de decisão de que seria somente tempo integral e afirmou que a opção de meio período só foi atendida após o questionamento do conselho. Sônia disse que foram tomadas de decisões equivocadas que não saíram da SEMED. Márcia sugeriu o estabelecimento de protocolos legais e não só passar pelo conselho, mas, encaminhar uma devolutiva aos pais. Messias enfatiza que protocolos ajudam a melhorar o monitoramento dos processos. Júlio disse que a partir de critérios estabelecidos impede a ocorrência de erros por achismos. Eder sugere que esses processos de questionamentos sejam feitos pela plataforma do Aprova Digital, entretanto a maioria das pessoas não tem conhecimento. Anaela Luz Tavares Moreira questionou se existe um protocolo ou edital para direcionamento dos gestores, sugerindo ser importante para se evitar o senso comum. Eunice Maria Rodrigues Mendonça disse que a educação infantil/ creche funcionando somente em período integral está reprimindo em dobro o atendimento da população e é importante fazer um levantamento do número de vagas e buscar soluções. Márcia Helena Rodrigues Matos falou da importância da representatividade social, da gravidade das terceirizações e que é muito importante buscar bases legais para garantia de direitos. Vânio sugeriu ofício às coordenadoras com normatizações. Eder disse que em abril foi feita uma câmara técnica da educação infantil para levantamento de número de vagas e elaborar sugestões para sanar as demandas, que foram apresentadas ao prefeito e não obtiveram resposta. Júnio César Gonçalves questionou que protocolo o conselho quer, pois não há a necessidade de protocolo que no ofício já tem os critérios de prioridades. Se o conselho quer fazer questionamento, que vá pela lei e a secretaria se adeque. Eder respondeu ao Júnio César Gonçalves que o questionamento só foi feito por não ter dado a opção de meio período, que estava claro que a família não tinha opção, que a regra não está clara e questionou novamente de quem é a ordem. Giordano Bruno de Andrade sugeriu ofício ou memorando com regulamentações. Júnio esclarece que no ofício fala que no ato da matrícula o responsável faria a declaração de tempo integral ou parcial. Simone Marques Martins questionou o que acontece se a realidade da família mudar e necessitar mudar de período e Júnio respondeu que não pode mudar pela legislação. Eder encerrou o assunto e lembrou as funções do conselho. Sônia agradeceu as colocações de todos para as melhorias da rede municipal de educação. Maria Valéria questionou a Sônia sobre as remoções não poder serem feitas em dezembro e Sônia esclareceu que ela ocorrerá em 30 de novembro, serão analisadas em dezembro e o resultado sairá até dia 22/12/2022. O presidente prosseguiu com a pauta e apresentou o ofício que foi elaborado pela câmara técnica da educação infantil, pré aprovando o funcionamento do CMEI José Pereira da Fonseca com ressalvas a serem cumpridas em 60 dias, pois o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) já foi solicitado ao Corpo de Bombeiros. O presidente colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. Sônia agradeceu e colocou a secretaria à disposição de todos. Eder entregou a pasta da Escola Confiar para câmara da educação infantil fazer análise e na próxima reunião será apresentado o parecer para votação. Júnio pediu para análise e aprovação imediata para dar oportunidade para a Escola Confiar, que funciona no bairro Boa Vista, abrir suas matrículas até para sanar as demandas daquela região. Eder explicou novamente que não haverá tratamento diferenciado e que será seguido os prazos. Prosseguindo com a pauta, o presidente explanou o preocupante problema da eleição para diretores das escolas municipais ocorrida no dia 26/11/2022. Explicou ser um problema de ordem regimental, que os fatos ocorreram em uma semana que ele estava fora, que tomou conhecimento dos fatos por reclamações que chegaram a ele. Enfatizou suas preocupações com prazos que não são cumpridos, que recebeu um áudio de uma reunião que ocorreu na prefeitura, que foi colocado pelo secretário e se ele não está enganado, pelo prefeito que as coisas não caminham porque o conselho está rachado e que o conselho não tem uma posição. Explicou que nenhuma questão que tenha passado pelo conselho, saiu sem decisão. E enfatizou o respeito que tem que ser dado ao conselho. Eder passou a palavra para a Eunice que explicou o que ocorreu na eleição para diretores na E. M. Professora Madalena Maria de Melo, onde ela é a atual gestora e disse que está insatisfeita como pessoa e como profissional, pois está sendo falado que a culpa pela eleição não ter dado certo na escola é dela. Eunice listou vários pontos ocorridos: frisou que ela tem caráter e irá processar quem é que está colocando o nome dela na lama, como foi dito a ela, que boatos estão correndo até em escolas particulares, caso ela descubra quem é que tem a língua que não cabe na boca; disse que ela não teve interesse em se candidatar, pois que se aposentará em seu cargo de supervisora; disse que somente a Arilda Alves Silvério quis concorrer a direção e que não foi fácil conseguir formar uma chapa; no final da eleição, Eunice ligou para o Júnio e questionou se o resultado poderia ser divulgado, e fez a divulgação, após autorização do inspetor. Eliane Aparecida Santos de Oliveira assumiu a presidência da comissão de eleição para diretores após desistência de uma colega e foi informada que toda a documentação para o processo de eleição estava em uma pasta no computador. Após a eleição, Eliane levou toda a documentação para a SEMED quando foi constatado que não havia dado quórum. Então, a Eliane telefonou para a Eunice pedindo que fosse à SEMED, para ajudá-la a entender a situação. Logo a seguir Eliane telefonou novamente para a Eunice e disse que o inspetor Júnio não iria recebê-la pois ela não fazia parte da comissão. Eunice disse que a atual gestão ficou sabendo, sem ter acesso a nenhum documento, foi que houve adulteração de documentação e foi colocado a ata de 2020, com porcentagem trocada. Eunice reafirmou que ninguém da gestão teve acesso a nenhum documento. Eder não permitiu que o inspetor Júnio se manifestasse, que insistiu por várias vezes e passou a palavra para Arilda. Arilda falou que após verificar, constatou que faltaria mais de 2 anos para se aposentar, portanto na falta de candidatas, se candidatou, pois vê a importância dos

gestores serem da rede municipal, recebeu apoio da Eunice e formou uma chapa. Arilda explanou que ainda não obteve uma resposta oficial e as vagas da escola já estavam disponíveis no edital de processo seletivo interno para diretores. Eder passou a palavra para Maraisa, que é representante do conselho na comissão de eleição para diretores. Maraisa explicou que no dia da eleição foi votado no grupo do Whatsapp da comissão, a suspensão da apuração por indício de fraude, que ela mesma votou para suspensão até que tudo seja investigado. Ficou definido que as vagas da escola ficassem sub judice. Esclareceu que a função de investigação e conclusão do processo é da procuradoria e não da comissão eleitoral, muito menos de conselheiros, comunicou também que quando saiu o edital e ela viu que as vagas não estavam sub judice, ela ligou para o Júnio questionando o que havia acontecido e pediu para que ele explicasse a situação que se encontrava o processo uma vez que houve interferência de terceiros. Eder disse que o edital que saiu, não passou pelo conselho, que deveria ter passado e finalizou esclarecendo que não compete ao conselho emitir nenhum juízo de valor e nem parecer. Eder passou a palavra para Gláucia Lopes Amaral, suplente da Maraisa Cristina Dâmaso na comissão. Gláucia esclareceu que os conselheiros não falam por eles, não são soberanos e falam pelas escolas. Eunice complementa que o desejo da escola é que a chapa fique com a gestão e que fizeram um abaixo-assinado. Eliane explicou que ocorreu uma permuta com a presidente da comissão local Helen, que deixou a presidência por motivos pessoais e que recebeu a confirmação da inspetora Elismar Estácio Gomes que havia recebido a documentação de permuta e solicitou documentos com todas as assinaturas para colocar na pasta da escola, na inspeção. Eliane disse que Júnio falou que não era de conhecimento dele essa permuta, que deveria ser entregue nas mãos dele, pois ele é o presidente da comissão central. Júnio interrompeu a fala da Eliane e disse que existe um problema com os funcionários da Escola Madalena: não têm ética e respeito com os servidores da SEMED. Continuou dizendo que naquele momento estava falando como advogado. Teve início uma grande discussão. O presidente Eder, interrompeu as falas, pediu respeito às pessoas, sem julgamento de valores e deixou bem claro ao Júnio que ele estaria falando como presidente da comissão, e não como advogado, sem emitir julgamento de valor e somente relatar os fatos. Júnio continuou e disse que há a necessidade de se posicionar com ética, pois áudios enviados foram compartilhados sem autorização dele e ameaçou dizendo, que ele deveria pegar alguns servidores e fazer justamente o que a Eunice falou por falta de ética. Eunice e Eva Cleia Pereira de Jesus Caixeta tentaram interromper e Eder pediu que todos aguardassem Júnio concluir sua fala. Júnio prosseguiu falando que tem provas materiais e testemunhais que nenhuma orientação foi dada nem para comissão local, nem para candidato, citou como testemunhas Denise Maria Barros Andrade e Betânia de Melo Gomes Basílio, e solicitou que os envolvidos enviassem provas que houve algum tipo de orientação. Explicou que os indícios de fraude envolvem a comissão local, pois a comissão recebeu toda a documentação no nome da Hélen Aparecida Cirilo Costa e se a mesma fez mudança posteriormente, era de dever dela passar a documentação para a Eliane. Júnio disse que ele não é o órgão responsável por investigação criminal, que cabe a corregedoria apuração, e será enviado às candidatas o número do processo. Júnio continuou enfatizando que uma comissão deve agir com ética e com a lei, que foi o que a comissão central fez, e que ele não viu ética em parte dos integrantes da Escola Madalena, observou uma vontade de controlar as situações, disse que alguém está manipulando as pessoas do Madalena e finalizou dizendo que ele, juntamente com a inspeção e regulação juntamente com a Betânia, estarão de olho nos servidores da Escola Madalena e aqueles que cometerem atos com falta de ética, será sugerido remoção ex officio. Eder repreendeu Júnio pelas ameaças e questionou o porquê a comissão da escola não recebeu uma resposta indeferindo a eleição, que poderia ter sido feito um ofício simples, já que um recurso foi aberto. Se tem recurso aberto, não poderia dar prosseguimento a outro edital. Eder citou o exemplo do processo seletivo simplificado com prova, que não teve prosseguimento pois teve recurso. Aproveitou para informar aos presentes, que após reunião com a Ana Paula Lara de Vasconcelos Ramos, Secretária de Administração da prefeitura, o processo seletivo não vai ocorrer em dezembro, as contratações serão feitas em janeiro com o processo seletivo que está em andamento, a provável data para o processo seletivo será em março, a partir do momento que ele for homologado, as próximas contratações serão realizadas por ele. Simone questionou se quem assinou o contrato no início de 2023, será desligado após a homologação do processo e ocorrerá nova contratação. Carmelia Maria Silva explicou que em reunião com a secretária Sônia, no dia anterior, foi dito que não ocorrerá desligamentos, mas sim, somente novas contratações usará a nova listagem. Carmelia acrescentou, que gostaria de deixar registrado novamente em ata, que foi acordado em reunião do atual processo seletivo, as contratações seriam até 31 de dezembro, fato que não ocorreu, pois os contratos foram até 22 de dezembro. Maraisa questionou a Eder se ela como parte da comissão, continuaria acompanhando o edital de seleção interna de diretores. Eder explicou que como é outro edital, ela não acompanha, que teria que ter passado pelo conselho para aprovação e indicação de membros para comissão. Maraisa explicou que sugeriu a opção de se candidatar para dois lugares, como forma de oportunizar que pessoas da rede peguem cargos de direção, mesmo onde não seja lotado. Continuou grande discussão sobre as eleições na escola Madalena, Eliane disse que Helen recebeu a documentação tentou esclarecer os fatos das trocas de documentos. Isabel Cristine Melo Oliveira Fischer, vice-diretora da escola Madalena pediu a palavra, falou que sua gestão sempre prezou pela transparência e que todos os presentes na reunião, gostariam de saber o porquê que a escola não recebeu uma resposta e as vagas foram disponibilizadas em outro edital, além de a vontade dos presentes é de que a chapa única da escola seja empossada. Eder prosseguiu com os outros assuntos em

pauta, agradeceu a conselheira Maria Aparecida Fernandes Sousa o convite respeitoso para que o conselho estivesse presente na cerimônia da APAE e lamentou que os conselheiros não puderam comparecer. Eder solicitou a definição por votação, da próxima reunião, e enfatizou que o ano letivo vai iniciar sem o calendário ter passado pelo conselho. Daniel Amorim Gomes pediu a palavra, sugeriu que a prestação de contas do FUNDEB esteja disponível no site da prefeitura. Eunice, como representante do conselho no FUNDEB, disse que na última reunião foi dito que já foram atingidos os 70% de gastos e não terá rateio. Prosseguiu que quando há rateio, implica em menos investimentos nas escolas e diminui as condições de trabalho. Finalizou despedindo-se, com muita alegria, pois foi sua última reunião como conselheira. Edna Maria Marques R. Amaral pediu que o conselho exija um documento, garantindo que os contratados não serão desligados após homologação do processo seletivo, para garantir os direitos dos contratados. Eder agradeceu a presença e participação dela na reunião. Sofia explicou que surgiu no grupo do CMEI Tia Nicinha, onde ela trabalha, que nos portfólios entregue aos pais, fosse colocado na contracapa o nome do prefeito e da secretária de educação, e ela gostaria de saber se isso era permitido. Denise respondeu que a secretária Sônia iria pedir autorização ao prefeito. Júlio Brasil sugeriu que na dúvida, a escola peça um documento com a solicitação. Eder passou a palavra para Mateus Maia de Sousa Brum Oliveira, que trabalha com a folha de pagamento da SEMED e explicou que o 13º não será possível pagar com o restante do FUNDEB. Cidinha disse que os conselheiros são mais que os cargos que ocupam e para manter a harmonia e manter a ética, deixou como sugestão fazermos uma oração antes das reuniões. Eder colocou em votação a logomarca do conselho, para ser colocado em documentos, frisando a identidade. Opção mais votada foi a opção 3, com a fonte da opção dois. O presidente também colocou em votação a data da próxima reunião, que será em fevereiro e seguindo a alternância de horários, será na parte da tarde. Márcia sugeriu os dias 27 e 28 de fevereiro. Por votação, ficou estabelecido o dia 28/02. Antes de finalizar a reunião, Eder disse que foi muito duro com o Júnio, tentando organizar para dar voz a todos e dar uma sequência melhor as reuniões e ele sabe o quanto difícil é. Eder declarou encerrada a reunião. Eu Carmelia Maria Silva, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes. Patos de Minas, oito de dezembro de dois mil e vinte e dois.

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA GESTÃO 2019/2023. Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 2023, às 13h30, o presidente do Conselho Municipal de Educação, Eder Teixeira Piau cumprimentou a todos e comunicou que aguardaria o prazo regimental para iniciar a reunião devido à insuficiência de quórum. Às 13h42min, vencido o prazo legal, deu-se início à reunião. O presidente Eder, inverteu a ordem da pauta, iniciando pela prestação de contas, dos 25% da arrecadação a serem gastos na educação e convidou Reginaldo Saulo de Andrade, Edna Rodrigues Pereira e Flávia Stefanni Regis da Mota para iniciarem a apresentação. Reginaldo disse que estão à disposição para quaisquer esclarecimentos diante dos resultados a serem apresentados pela Edna. Edna iniciou a apresentação explicando que, quem analisa as contas é o Tribunal de Conta e Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), mostrando a base legal o Art. 212/CF e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9394/96 Art. 69, e que os gastos são primeiramente de acordo Art. 70; apresentou as receitas que tem arrecadação dos 25% IPTU, ITBI, ISS, IRRF, por transferências FPM, ITR, ICMS, IPVA e IPI – 20% fica retido para compor o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e mais 5% destinados a reserva. A execução da Manutenção Desenvolvimento do Ensino - MDE, das fontes 101, 118 e 119 (FUNDEB) foram expostas as receitas e as despesas, totalizando R\$121.618.000,00 gastos. Eder explicou que as fontes 101 e fontes 118 e 119, são separadas em duas contas distintas, para melhor transparência nas prestações de contas. No resultado líquido do FUNDEB foram de R\$107.563.000,00. O presidente abriu para os presentes fazerem suas perguntas e Ricardo Barreto questionou o que realmente foi gasto com folha pagamento, detalhadamente. Eder explicou que o detalhamento das folhas de pagamento é com o FUNDEB e no Portal da Transparência. Ione Aparecida de Avelar questionou sobre o rateio de 2020 e 2021, que foi uma excepcionalidade com o rateio, e a partir de 2021 passou a ter um número maior de pessoas recebendo pelo FUNDEB e o que vai impactar no valor de recebimento. Edna explicou que até 2020 a lei do FUNDEB, 60% era destinado no pagamento para professores em efetivo exercício, após em 2021, passou a ser 70% que falava que o pagamento seriam aos profissionais da educação básica. No caso, o rateio de 2021, foi necessário para o cumprimento da lei do FUNDEB para atingir os 70%. Os 25% de arrecadação do município, não tem sobre para rateio. Eder complementou a explicação para melhor entendimento, 70% só pode para quem está dentro da escola, os demais profissionais, que estão fora da escola, são pagos com os 25%, que não pode ter rateio. Patos de Minas tem sistema próprio de ensino para ser voltado para uma educação de qualidade. Eder continuou questionando que a compra de um prédio, localizado na Rua José de Santana, salientou que é uma política pública e não foi passada pelo Conselho Municipal de Educação, não foi apresentar a função do edifício, que teve um custo maior que três milhões de reais. Definiu que o papel do Conselho é aprovar as políticas públicas. Eder perguntou diretamente para Reginaldo se a verba é carimbada, não podendo ser utilizada para outro fim, a compra foi feita sem legalidade. Acrescentou questionando, se a verba recebida que foi destinada para reformas das escolas, utilizada pelo Prefeito José Eustáquio para folha de pagamento, foi reposta, pois era verba carimbada e não poderia ser gasta para outra finalidade. Eder solicitou que posteriormente as perguntas possam ser respondidas ao Conselho. Reginaldo sobre a questionado sobre o prédio, disse que foi comentado a necessidade da compra do prédio para sede da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Reginaldo questionou qual critério foi violado no devido critério legal. Reginaldo disse que o prédio iria para parte da SEMED e parte para o projeto de robótica. Eder passou a palavra para Carlos André

Rodrigues, novo Secretário Municipal de Educação. Carlos se apresentou e frisou a responsabilidade dos processos da educação. Sobre o prédio, disse que no momento ele não estava na secretária e refletiu sobre a compra foi pensando em patrimônio da educação. A rede precisa de investimentos na educação e na formação. Hoje a finalidade imediata é receber a parte administrativa da Secretária, mas não como uma forma definitiva, que será trabalhada. Carlos salientou a importância das discussões e planejamentos nas áreas de inclusão. Eliane Alves Silva lembrou que a rede municipal tem um sistema próprio de ensino, que esse novo espaço é necessário para melhor funcionamento e amplie os benefícios não só para as formações, mas para todos, como outros conselhos. Júlio César Ferreira Brasil lembrou que a SEMED já funcionou em vários locais na cidade e sugere que todos os setores sejam concentrados no novo prédio para melhores comunicações. Carlos aproveitou para convidar o Conselho, para uma visita ao prédio, propôs comissão para conhecer o prédio. Salientou que é um avanço muito grande a volta das relações com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME). Carlos citou o avanço da entrega dos kits escolares, entretanto precisa ser discutido e os itens repensados. Eder complementou que podem ser adquiridos com o dinheiro do FUNDEB. Reginaldo explicou que a aplicação dos 25% estão sendo planejado uma vez por mês. Carlos reforçou que os gastos dos 25%, podem ser de cunho imediato pelos prazos. Reginaldo disse que quando se trata de educação, o planejamento atinge várias outras áreas da prefeitura e foi muito importante trazer esses conhecimentos a todos. Messias Soares de Souza, atual diretor da E. M. Prefeito Jacques Correa da Costa, explanou as dificuldades de assumir a escola, pois qualquer serviço que a escola necessita, a prefeitura não dispõe de material e tem que ser comprado pela direção da escola. Reginaldo orienta a organizar as soluções das dificuldades com o secretário. Eder agradeceu a Reginaldo, Edna e Flávia, reforçou que o kit escolar é um material a ser utilizado pelo aluno na escola e pode ser comprado com recursos do FUNDEB, exceto mochila e uniforme, que pode ser repassado à terceiros. Ricardo questionou Reginaldo, sobre a criação de cargos, para não ter estagiários ocupando essas funções e a garantia de atendimento aos estudantes. Reginaldo respondeu que está ocorrendo um estudo de impacto a longo prazo, para a criação desses cargos e estudos de fonte de recursos para garantir os atendimentos. A conselheira Maria Aparecida Fernandes de Sousa apontou que é necessário garantir a oferta de vagas à população. Reginaldo finaliza que estão ocorrendo estudos e as prioridades serão atendidas. Eder agradece a presença de Reginaldo, Flávia e Edna e passa a fala para Márcia Helena Rodrigues Matos. Márcia fala sobre seu retorno à SEMED como gerente de supervisão. Complementou com a importância para espaço organizado para ocupar sobre o prédio adquirido. Complementou com a proposta do fórum de educação, fazendo o levantamento de dados do município, ampliar as propostas e mobilizar a educação. Eder complementa que o documento, para se basear para as conferências estará disponível aos conselheiros e espera que todos tenham conhecimento do documento do Congresso Nacional de Educação (CONAE). Sobre o prédio, Eder disse que o papel do Conselho é questionar, não que ele seja contra, entretanto não foi passado pelo Conselho. Gláucia Lopes Amaral sugere em relação aos kits, que uma avaliação seja feita na escola, qual o número de alunos que efetivamente estão usando o kit. Eder sugere que o kit escolar seja entregue no primeiro dia de aula, pois o aluno não vai sem material. Gláucia em qual orçamento está verba destinada ao professor alfabetizador. Eder esclarece que tanto o professor alfabetizador e o professor apoio, são Professores de Educação Básica (PEB) e estão na folha de pagamento do FUNDEB, lembrou que a contratação dos professores alfabetizadores não passou no conselho e que a contratação para o ano de 2024, precisar ser planejada agora, pois precisa passar pelo conselho e interfere no orçamento. Ione se apresentou, é a atual assessora técnica da SEMED e estava presente para ouvir a todos. Esclareceu que o RH tem um cronograma, mas precisa ouvir todos os setores para encaixar as demandas ao cronograma e sugeriu o planejamento com as câmeras técnicas. Eunice Maria Rodrigues Mendonça questionou se o conselho recebeu uma resposta sobre a reunião feita com o prefeito e em relação a quantidade das vagas da educação infantil. Eder respondeu que ainda não receberam respostas. Dando sequência a pauta, Eder questionou se alguém tinha alguma correção ou questionamento em relação as atas das reuniões anteriores. Eunice enviou as correções da ata da reunião do mês de dezembro, Carmelia Maria Silva agradeceu as correções e contribuições em todo o documento e disse que também recebeu as alterações da conselheira Maraisa Cristina Dâmaso. Márcia solicitou as correções na ata de novembro. Eder colocou as atas em aprovação e foram aprovadas por unanimidade. Registra-se as ausências de Kelly Christina Alves de Barros Brasil, Maria Valéria de Macedo e Ana Paula Braga Pinheiro. Registra-se a entrega das cartas de renúncia dos conselheiros Messias Soares Souza e Lucimar Aparecida de Almeida. O presidente repassou que recebeu o parecer da Inspeção do CMEI José Pereira e que está tudo de acordo com a Legislação. Os conselheiros Júlio César Ferreira Brasil e Maria Aparecida Fernandes Sousa foram eleitos para representarem o conselho na Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade. Foi encaminhado a câmara técnica da educação infantil a pasta da Escola Confiar, para apresentação de parecer na próxima reunião. Eder apresentou cronograma de reuniões do conselho, sempre na última semana do mês, alternando os horários e os dias da semana, incluindo as sextas-feiras. Márcia sugeriu que as reuniões não acontecessem as sextas-feiras a tarde, por não ser produtivo. Em votação, a proposta de retirar a reunião na sexta-feira foi a mais votada. Portanto o cronograma de reuniões em 2023 ficou estabelecido da seguinte forma: 28/02, sexta-feira; 29/03, quarta-feira; 27/04, quinta-feira; 29/05, segunda-feira; 29/06, quinta-feira; 31/07, segunda-feira; 29/08, terça-feira; 27/09, quarta-feira; 26/10, quinta-feira; 28/11, terça-feira e 18/12, segunda-feira. Carmelia questionou o

secretário Carlos se ocorrerá, ainda este ano, o processo seletivo simplificado com prova ou concurso, pois está recebendo muitos questionamentos. Carlos respondeu que o concurso está sendo organizado e passou a fala para Ione. Ione esclareceu que o processo seletivo ocorrerá no primeiro semestre e que a minuta do edital será apresentada ao conselho. Lazara explicou que de acordo com o regimento, os conselheiros que no momento ocupam outros cargos do segmento que representa, serão substituídos através de assembleia. Eder repassou que o conselho foi convidado a participar do Encontro Nacional de Presidentes de Conselhos Municipais da Educação, em São José dos Pinais, em Curitiba, e está aguardando a resposta do secretário Carlos sobre a viabilidade da participação. Eunice questionou novamente se houve ou não resposta sobre a solução do atendimento as vagas. Eder e Márcia esclareceram que estão fazendo o levantamento real sobre o quadro de vagas após fevereiro, quando ocorrerem muitas movimentações. Eder declarou encerrada a reunião. Eu Carmelia Maria Silva, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes. Patos de Minas, vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três.

ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA GESTÃO 2019/2023. Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às sete horas e trinta minutos, o presidente do Conselho Municipal de Educação, Eder Teixeira Piau cumprimentou a todos e comunicou que aguardaria o prazo regimental para iniciar a reunião devido à insuficiência de quórum. Às 7h51min, vencido o prazo legal, deu-se início à reunião. O presidente Eder inicia a pauta e questiona se há alguma correção nas atas dos meses de novembro e dezembro. As atas foram aprovadas por unanimidade. O presidente inverteu a pauta e fez várias críticas: sobre o projeto de lei de autoria do Vereador Vitor Porto, questionou que vai contra a lei de informações de dados, podendo expor dados de conselheiros; criticou a informalidade de convocações, não são feitas via ofício, sendo feitas em redes sociais; convocação para formação do projeto Alfa e Beto também sem formalidade; solicita formalidade e padronização ao secretário municipal de educação, Carlos André Rodrigues, e também uma sala para o conselho receber as demandas da população; Eder solicitou documentos de trocas de e-mail com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME, à Lazara Maria da Silva Rosa, que não os enviou e informou que foram enviados para Ione Aparecida de Avelar e Carlos André Rodrigues; questionou o investimento na palestra com o Professor José Manoel Moran, realizada virtualmente em março, sem carta de convocação para a formação, tendo cerca 190 participantes, muitos sendo de fora do município e se está tendo retorno; fez pedido ao vereador Daniel Amorim, que a Câmara Municipal dos Vereadores faça uma lei que destinasse verba para uma sala e uma secretária para cada conselho; enfatizou que a pauta da reunião quem define é o conselho, não a SEMED; Eder apontou se as parcerias são efetivas, pois os gastos, por com aluguel para a Escola Municipal Jacques Correa da Costa são altos e perderam muitos alunos, influenciando na quantidade de recursos; esclareceu que não tem pretensões políticas, somente visa as melhorias para a educação; frisou que os conselheiros têm a obrigação de conhecer os documentos. Eder passou a palavra para Eliane Alves Silva, que falou sobre o programa da “Escola Virtual de Aprendizagem”, falado na palestra primeiramente, pela plataforma do “Google for Education”, que será um canal de comunicação para a rede municipal de educação, pede apoio do conselho e posteriormente irá apresentar o projeto em plenária, citou o impacto na aprendizagem e na comunicação da rede, com a proposta de salas de aula virtual por segmento. Ana Paula Vasconcelos, secretária municipal de administração, pediu a palavra e falou da convocação da reunião dos conselhos, que a proposta do vereador Vitor Porto de dar mais transparência aos conselhos, lá foi falado da lei proteção de dados, explicou que as redes sociais e os ambientes virtuais são a realidade, dos 11 princípios da lei, se os dados tem uma finalidade, os dados podem ser divulgados; os dados sensíveis não são divulgados; os dados pessoais podem ser divulgados mediante autorização; em questões de atas, podem gerar informações e situações podem privilegiar alguém; da área financeira, pode trazer algum constrangimento às empresas. A questão dos ofícios, a sugestão é serem feitos pelo Aprova Digital, visando o meio ambiente, para diminuir a impressão de papéis. Em relações as ligações, é função do secretário de educação, e não do presidente do conselho, portanto Ana Paula sugere passar o telefone do secretário e o posicionamento dela, é que Eder imponha limites em receber ligações e mensagens. Eder disse que nunca passará o telefone do secretário. Sobre a UNCME ela questionou se o porquê não foram pagas as taxas. Eder esclarece que não é culpa da gestão. Ana Paula esclarece que nunca se olhou para a educação como agora, parabenizou Eliane pelo projeto e colocou que será uma mudança cultural para educação. Eder fala sobre o Aprova Digital, nem todos tem acesso ao portal com clareza. Colocar as transições com suavidade. O Aprova Digital não irá resolver as questões de ofício. Ana Paula falou do Aprova Digital é mais rápido na maioria dos processos. Carlos questiona o número dos processos de mestrado que não tem 8 meses sem resposta. Aline Fabricia Silva Barbosa, disse que a situação foi com ela e a situação já foi finalizada. Ana Paula fala que nem sempre as críticas de Eder são construtivas, e para ele separar a vida pessoal. Ana Paula passa a palavra para Carlos. Carlos se posiciona, fala que os assuntos discutidos inicialmente, nem seriam assuntos a serem discutidos em pauta no conselho, disse que ele representa uma equipe, e as críticas deixam dúvidas em relação ao trabalho desenvolvido pela SEMED. Esclarece que não houve gastos com a palestra do Professor Moran. No ofício do Alfa e Beto ele acrescenta ao final do documento para os profissionais se prepararem para uma série de formações na rede. Carlos disse que é injusto com Eliane o questionamento do projeto dela. Disse que não recebeu ofício do Eder para mandar os documentos da UNCME, falou sobre anuidades, pediu a documentação e recebeu um print informalmente do Eder e que irá encaminhar os documentos para o jurídico do município para análise e sanar as anuidades. Eder retoma a fala, fala que os assuntos apontados são pautas do conselho, explicou que questionou se foi pago ou não o Professor Moran. Ana Paula pede que

conste em ata que é retificação do Eder, que ele falou sim que a palestra foi paga anteriormente. Sobre a UNCME, Eder explicou que o município já era filiado, que no Congresso Nacional de Educação – CONAE em 2022, conversou com o Presidente Nacional da UNCME, Manoel Humberto Gonzaga Lima e a Presidente Estadual, Galdina de Souza Arrais, sobre sua vontade de filiar o município, arrumou a documentação no final de 2022 com a Lazara e enviaram para filiação. Receberam o retorno da Galdina de que o conselho já era filiado e o valor de R\$2.100,00 a ser pago, que em conversa com a Ana Paula, ele iria pagar esse valor para resolver logo a filiação e que ele mesmo cobrou da Galdina a comprovação que já éramos filiados. Quando recebeu a resposta, repassou ao secretário Carlos que Denise Maria Barros Andrade e Lazara preencheram o questionário de filiação, citou os e-mails da Lazara que não tiveram retorno da UNCME, que comprovam que a UNCME não deu devolutiva. Como não houve devolutiva, o pagamento das anuidades retroativas não poderia ser realizado, segundo Eder. Ana Paula questiona o papel da UNCME. Eder esclarece o papel é quem organiza conferências, auxilia no planejamento do plano decenal de educação e dá assessoria jurídica. Ana Paula esclarece que não questiona a vontade do Eder ser delegado. Carlos explana que as abordagens feitas aos funcionários da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) são desrespeitosas, pede para os presentes se manifestarem, recebe críticas desmerecedora quanto a formação de professores, enfatiza que Eliane é uma estudiosa e pesquisadora sendo agredida e não teve seu trabalho reconhecido, as questões na reunião são pessoais e deixou o secretário indignado. Carlos não nega o pagamento da UNCME, quer formalidade, disse que está sendo diminuído e pede respeito as pessoas. Carlos pediu mais respeito e que o trabalho com o conselho seja de parceria e que questões pessoais não são tema de conselho. Ana Paula disse que também não pode ser permitido e que Carlos tem que defender os servidores. Ione Aparecida de Avelar pede a palavra, apresenta-se, é assessora técnica do conselho municipal de educação, esclarece que tem as condições técnicas para assumir o cargo, pede que o conselho seja para todos; os assuntos podem ser repassados para a assessora do conselho. Lazara pediu a palavra e esclareceu que o processo da UNCME, no final de 2021 votaram pelo credenciamento da UNCME, Karine Pereira Rocha, vice-presidente na época, encaminhou para SEMED, e ela mesma inseriu as informações; esclareceu que não ocorreram os retornos necessários da UNCME. Respondeu ao Eder com muito carinho, que enviou os documentos ao Carlos, que o secretário deseja muito solucionar a filiação. Ana Paula pede a palavra e fala sobre os processos seletivos e está com o edital pronto, por meio de prova, a comissão com representantes da prefeitura, da administração e da educação, que construíram o edital a minuta do edital. Carmelia Maria Silva, disse que ano passado, houve a solicitação de representantes do conselho, que os representantes eleitos foram Júlio Brasil como suplente e ela, como titular; ainda falou que não recebeu nenhuma convocação para discussão da elaboração do edital. Simone Marques Martins disse que Carmelia não poderia participar da comissão pois participaria do processo seletivo. Carmelia enfatizou novamente que não recebeu nenhum comunicado. Ana Paula fez a sugestão é que tenha um termo de confiabilidade com todos que participarem da elaboração do edital. Eder falou sobre a prova, e pergunta se vai ter só o edital de contratação ou edital de concurso também será no ano de 2023. Ana Paula respondeu que o concurso está sendo analisado, mas não pode afirmar datas que irá ocorrer. Simone fala se tem dados sigilosos não devem ser passados no conselho pois podem vazar. Ana Paula explicou que os representantes que já elaboraram a minuta do edital, já assinaram o termo de confiabilidade, mas que mesmo assim acha importante levar as considerações do conselho através de um representante. Eder explica a que a minuta deve passar pelo conselho, sugere que seja retirado dados sensíveis, como matéria de prova, mas que o que é o geral do edital, seja passado pelo conselho. Carmelia pediu para participar da elaboração do edital, pois é contratada na rede desde 2013 e tem conhecimento das solicitações dos contratados; acrescentou que se não abrir a discussão do edital nos pontos gerais, não atenderá as solicitações. Simone e Aline colocaram que o edital já tinha representação. A Vereadora Elizabeth Maria Nascimento e Silva questiona as funções do conselho e que tem a impressão de que o conselho quer monopolizar assuntos administrativos e específicos de outros setores, Eder respondeu que todas as atribuições estão na lei municipal 588/2019. Ana Paula pede votação novamente e Eder propõe que pensem em uma comissão ou aprova da forma que já foi elaborado o edital, com as considerações já levadas por Júlio Brasil. Renata Josefina Rodrigues Marinheiro pede a palavra e questiona se Júlio deu retorno da reunião. Eder disse que não houve retorno, pois seria nessa reunião e Júlio justificou sua ausência. Ana Paula disse que teve muitas modificações. Renata que o parecer do Júlio é indispensável. Ione disse que o edital está condizente com os direitos e deveres e pode ser validado. Eder conversa por ligação com Júlio e através do “viva voz”, Eder questiona se ele está de acordo com que foi colocado na minuta do edital e se condiz que o pensamento das pessoas. Júlio respondeu que recebeu a convocação, que ele fez ressalvas assim como outros representantes, esclareceu que essa convocação foi extraordinária, que ele não compareceu, não teve condições de ir, disse que Ione compareceu representando a educação e levou para comissão as observações. Ione confirma com Júlio ao telefone, que ele leu a minuta mesmo não participando presencialmente e colocou suas considerações. Júlio enfatizou que consta os prazos necessários comuns a todos os processos. Eder questionou se Júlio estava de acordo com tudo que já consta na minuta. Júlio respondeu que fez suas ressalvas e posteriormente não teve acesso a minuta final, pois seu número de celular foi hackeado e não viu a versão final da minuta. Ione esclareceu que a minuta final estava no grupo de Whatsapp e como ele perdeu o número hackeado, não viu. Eder, coloca em votação, Júlio vai ver a minuta final, Eder pede sugestões para Júlio. Weverson Silva Moraes foi votado para comissão por unanimidade.

Carmelia registra sua opinião que discorda que o edital não seja apresentado abertamente ao público, pois se somente as informações gerais forem mantidas, o edital deveria passar em reunião do conselho, pois a reunião é aberta para todos que tenham direito e a oportunidade de discussão e conhecimento da minuta do edital. Maria Aparecida Fernandes Sousa, representante do conselho na Comissão de Criminalidade do Estado de Minas, com Júlio, deu retorno da reunião que ocorreu no dia anterior, sobre violência contra a mulher e repassou que foram propostas as seguintes ações: procurar o UNIPAM no núcleo jurídico sobre o auxílio aos egressos e foi sugerido também calendário com temas de prevenção de violência a ser trabalhado ao longo do ano; repassou que o próximo tema será moradores de rua, onde serão discutidas pequenas ações que possam melhorar a realidade dessas pessoas e pediu sugestões que possam ser levadas por ela na próxima reunião. Eder repassa o parecer da Escola Confiar, que está com toda documentação de acordo com o exigido, sugere a aprovação e em votação, foi aprovado por unanimidade. Eder passou a palavra para a apresentação da diretora pedagógica da SEMED, Juliana Cristina Ferreira Guimarães, que repassou aos presentes os projetos a serem executados ao longo do ano. Juliana iniciou pelo Programa Alfa e Beto: programa de alfabetização dos anos iniciais, onde foi iniciado com reuniões e oficiais apresentados as equipes diretivas, para alinhamento das demandas. Eva questiona se vai alinhar com a Superintendência Regional de Ensino para que os professores que trabalhando no estado, sejam liberados para as formações. Juliana esclareceu que o alinhamento foi oficializado através de ofício mesmo dia da reunião. Renata comentou quantitativo de profissionais a serem liberados para as formações todas na mesma data. Juliana disse que foi um desafio organizar as formações que são indispensáveis para a execução do projeto. Juliana repassa que o programa é todo estruturado e atende as especificidades dos educandos, utilizando o método fônico. O Conselheiro Jordano Bruno de Andrade questionou se o programa é de alfabetização ou letramento. Maria Aparecida Fernandes Sousa ajuda a esclarecer que é um programa que vai trabalhar com intervenção e retomada para a aprendizagem. Juliana explicou a importância das avaliações diagnósticas, que foram aplicadas do 3º ao 5º ano, nominalmente por aluno, possibilitando conhecer melhor as especificidades. Oficialmente, o programa terá início nas escolas dia 10 de abril. O projeto Oficina de finanças, de 6º a 9º ano, somente no conteúdo de matemática, com formação online para os professores. Juliana passa a palavra para a Aline, coordenadora do Núcleo de Apoio a Inclusão (NAI) para apresentação do projeto Alavancas Para a Educação Inclusiva. Aline fala sobre que não há no Brasil indicadores de qualidade de educação inclusiva e na busca da melhoria de qualidade, foi buscado a parceria, através de edital, desse projeto com o Instituto Rodrigo Mendes. O projeto tem como objetivo de proporcionar formação aos profissionais da educação durante três anos e aplicar de acordo com a necessidade de cada escola. Jordano questionou se esse projeto atende a formação para a educação de gênero e grupos étnicos. Aline esclareceu que o foco neste projeto é a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, que contempla as crianças com laudo, que se equipara a deficiência. Carmelia questiona se essa formação será para todos os professores da rede, que seria importante a formação para professores dos anos finais. Aline responde que será uma formação para 40 profissionais. Eder questiona se quem participa da formação serão servidores efetivos. Aline responde que não. Eder sinaliza que o investimento em um programa pode ser perdido em poucos anos, se as formações não forem direcionadas da melhor maneira possível. Maria Aparecida Fernandes Sousa disse que a APAE não está envolvida no projeto. Aline finaliza e agradece a oportunidade. Eder agradece a Juliana e Aline, pede que Eliane apresente o projeto dela na próxima reunião. Eder fala que não tem nada contra pessoal com ninguém, que procura não se omitir e ser transparente; não fará mais, enquanto presidente, questionamentos da parte dele e teme que é o conselho morra ou voltar o que era antes. Enfatiza que nunca pleiteou cargos e reforça que as questões dele não são pessoais. Maria Aparecida Fernandes Sousa faz um convite a todos para a comemoração do Dia Mundial da Conscientização do Autismo, no dia dois de abril, no estádio Zama Maciel. Eder declarou encerrada a reunião. Eu Carmelia Maria Silva, lavei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes. Patos de Minas, vinte e nove de março de dois mil e vinte e três.

ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA GESTÃO 2019/2023. Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se, no Salão do Júri da SEMED – antigo Fórum, os conselheiros Municipais de Educação para a reunião ordinária do mês de abril. O presidente do Conselho Municipal de Educação, Eder Teixeira Piau, abriu a reunião às 13:30, informando que iria aguardar o prazo de vinte minutos para que, com qualquer quórum, iniciar a reunião oficialmente às 13h50. O professor Eder começou a reunião apresentando informações sobre o seminário da UNCME, em que estiveram presentes o referido presidente e as assessoras do CME, Lazara e Ione. O presidente informou que o seminário foi muito proveitoso e trouxe diversas informações como o Sistema Nacional de Educação ressaltando que será uma revolução para a educação, mas que Minas Gerais não aderiu ao sistema. Ele apresentou alguns slides da UNCME apresentados para os Conselhos Municipais de Educação. Ele ressaltou sobre o papel dos CMEs como participar da formulação da política municipal de educação, acompanhar e exercer o controle social, normatizar as políticas; é um órgão mediador e articulador das demandas educacionais junto ao Governo Municipal, órgão responsável pelo acompanhamento e avaliação das políticas educacionais para o município; tem o papel de acompanhar o diagnóstico educacional da realidade do Município, entre outras atribuições. O presidente ressaltou que é preciso estar ciente do papel do CME para desempenhar e acompanhar as demandas da educação municipal sempre que forem necessárias. Ele informou a todos que a UNCME fará em Patos de Minas uma capacitação para conselheiros ainda este ano. Segundo ele, o perfil dos conselhos tem que ser plural com ampla representatividade, o que acontece e está contemplado no CME de Patos de Minas, porém, o presidente ressaltou que há muitas faltas às reuniões e sugeriu revisar o

modelo em determinados segmentos, propondo uma possível diminuição. Eder reforçou que todas as solicitações feitas à SEMED, até o momento, foram atendidas. Também falou a respeito da autonomia administrativa do Conselho, dizendo que de acordo com a UNCME, o CME não é parceiro, mas um órgão de fiscalização e pode ter um bom relacionamento com a secretaria de educação, mas isso não implica em sua autonomia. Também retomou o assunto de que assim que a SEMED se mudar para a nova sede, há um compromisso do secretário municipal de Educação, Carlos André Rodrigues de que na nova sede haverá uma sala há destinada ao conselho. Dessa forma, o presidente foi finalizando sua fala mostrando os atos normativos em que mostrou que o CME tem, entre suas funções, o papel de emitir pareceres, indicações e proposições. A assessora Ione Aparecida de Avelar informou que desde 1998, o CME tem feito seu papel de propor, emitir pareceres e avaliar indicações e as proposições que chegam ao órgão e está bastante satisfeita com o que vem sendo apresentado desde então. O professor Eder encerrou sua fala apresentando o dado de que o conselho é composto de 34 conselheiros titulares e 34 suplentes, porém, poucos estão participando, então é preciso repensar em cada papel. Passando para o próximo tema, o presidente do CME apresentou o programa Primeira Infância que concorre a uma assessoria pela Universidade de Harvard e sugeriu a inserção do Município de Patos de Minas, mas deixou claro que não é o CME quem faz e toma essa decisão. A assessora Ione mostrou-se feliz ao poder participar do seminário da UNCME e ainda verificar que o município está à frente de muitos outros quanto à atuação do CME e que está atuando de forma certa em relação ao papel de cada conselho. A conselheira Márcia Helena Rodrigues Matos esboçou sua preocupação sobre alguns papéis do CME apresentados nos slides, já que alguns são avançados ou desejáveis apenas, não uma obrigatoriedade. O secretário Carlos esclareceu que o CME de Patos de Minas é um dos maiores e mais fortalecidos do Brasil e que algumas sugestões, como a indicação da assessora pelo conselho, não precisam ser acatadas já que aqui a assessoria funciona de forma eficiente. Márcia Matos concluiu dizendo que é preciso filtrar as sugestões e acolher as que agregam, mas que é importante refletir sobre o real papel do CME para não extrapolar os objetivos. O presidente Eder Piau trouxe um novo assunto à pauta que foi sobre a violência das escolas e apresentou que o PROCON de Patos de Minas fez uma carta aberta sobre o assunto sem ouvir o conselho e apresentou um desagravo ao órgão de defesa do consumidor. Depois, contou o caso de São José dos Pinhais em que a prefeitura fez uma pesquisa entre as crianças e após, abriu mais as escolas, colocando grades e parquinhos para serem vistos. O secretário Carlos André Rodrigues esclareceu que a carta partiu de uma ação conjunta entre Polícia Militar, SEMED, Prefeitura, SRE e Procon e, como ele estava de licença luto naquele período, coube ao órgão de defesa do consumidor fazer a carta aberta. A secretária Municipal de Administração Ana Paula Lara de Vasconcelos Ramos informou que na semana que houve as ameaças nas escolas, para aumentar a sensação de segurança, houve um esforço conjunto entre as secretarias municipais para disponibilizar os rondantes para as escolas e falou a respeito de aquisição de equipamentos de segurança, entre outros, mas que pensam na viabilidade criticamente. O procurador do município Paulo Henrique Rabelo da Silveira esclareceu que o Procon foi demandado por um pai de um aluno da rede privada e foi pedido, então, para que se aproveitasse e ele fizesse um evento e incluísse a rede privada. Ele reforçou que partir de agora, a Procuradoria do Município disponibilizará um procurador para acompanhar as reuniões do CME a fim de prestar assessoria e de somar forças e ajuda nas várias demandas da Educação. O procurador concluiu opinando que não via necessidade de rever o número de conselheiros, uma vez que a representatividade é importante nesse órgão. A secretária de Administração Ana Paula informou que o processo seletivo será fechado e divulgado no início de maio. O concurso público está sendo estudado e que sua realização implica em várias demandas e ainda não há certeza de ser realizado, pois é preciso ter critério. Ela ressaltou que o CME não é visto como inimigo e sim como parceiro e que o compromisso é juntar forças para ter uma educação municipal melhor. O conselheiro Jordano pontuou que era preciso discutir a questão do Procon para que se fosse esclarecida com urbanidade e perguntou sobre se há um levantamento do número de vagas, uma vez que se preparou o processo seletivo. A secretária informou que há um levantamento a ser feito, o processo seletivo será um balizador para o concurso uma vez que vai ajudar a montá-lo. O terceiro ponto que Jordano apresentou foi sobre a gestão democrática e a secretária esclareceu que respeita essa posição. O presidente Eder Piau informou que havia slides sobre gestão democrática no grupo que foram parte do seminário da UNCME. Prosseguindo a pauta, a servidora da SEMED, Iris Barcelos Costa, coordenadora do CEC – Centro de Estudos Continuados, apresentou dados sobre o SAEB, avaliação externa de larga escala. Ela informou a importância de se trabalhar o SAEB para elevar o IDEB das escolas a fim de ampliar o cognitivo do aluno. A portaria ano de 2023 já foi publicada e a matriz para a rede municipal é de linguagens e matemática 5º e 9º ano e 5º ano Ciências Humanas e Natureza também. O CEC vai contribuir oferecendo formações onde o professor formador vai apresentar a matriz de referência do SAEB, que junto ao CRMG, vão possibilitar ao aluno ter a garantia de seu direito de aprendizagem contemplado, por meio de aulas significativas e prazerosas. O secretário Carlos ressaltou a importância do CEC e deu os parabéns pelo trabalho desenvolvido, revelando que muitos municípios buscam a experiência de Patos de Minas para implantar em suas redes. O professor Eder Piau fez a colocação que na hora do SAEB, é importante pedir aos alunos especiais atenção no preenchimento do questionário socioeconômico. Segundo ele, muitos alunos preenchem equivocadamente o documento e por muitas questões mal preenchidas não vem verba do PDDE de forma adequada às necessidades do Município. Para ele, é preciso muita atenção dos professores e direção para que as verbas sejam

direcionadas corretamente. O presidente defendeu que o questionário socioeconômico é ainda mais importante que a nota da prova, o que gerou controvérsias. A conselheira Maraisa defendeu que o questionário é difícil sim para o aluno com pouca leitura. A conselheira Luciene questionou sobre se a elevação da nota da escola em que ela trabalha ficará sendo tachada como “treinadora de IDEB”. O presidente Eder esclareceu que o aluno deve tirar a nota que ele tirar e não passar por simulados ou treinamentos. O debate continuou acalorado e a conselheira Márcia Matos esclareceu que não concordava que o questionário deveria interferir na nota e nem a nota deveria ser irreal e sim a que o estudante ou a escola obtiver. O presidente Eder respondeu que era importante observar o questionário para que as verbas do PDDE fossem alocadas corretamente para o Município, entre outras razões, alegou também que o Governador de Minas não fez a lei do ICMS educacional e por isso, não está habilitado a receber a complementação do VAAR. Foi nesse comentário que houve uma interrupção feita pelo Procurador do Município Paulo Henrique que informou para não misturar política com o conselho, uma vez que este é apolítico e que iria denunciá-lo junto ao Ministério Público e que já seria a quarta vez que o presidente faz essa mesma colocação na reunião. Assim, iniciou-se um debate e o Procurador, pouco depois, retirou-se da reunião. Com os ânimos exaltados, a reunião prosseguiu até o presidente Eder pediu a palavra e colocou o seu cargo à disposição, e encerrou a reunião. A atitude gerou uma grande surpresa e o debate continuou. A vice-presidente Márcia Matos ficou à frente da reunião e retomou a questão do IDEB e do questionário socioeconômico. Ela revelou o que gerou a preocupação é se a fala anteriormente dita pelo presidente Eder seria uma posição oficial do conselho ou uma colocação pessoal do citado membro. Foi esclarecido pelo próprio Eder que essa não era uma posição do conselho. Continuaram as manifestações e muitas pessoas falaram a respeito da renúncia do presidente Eder e o papel do conselho. A conselheira Aline relatou que as reuniões do CME deveriam ser um momento riquíssimo, mas que tem se tornado desgastante devido às brigas e discussões improdutivas e fora do foco. A vice-presidente continuou a reunião falando sobre a mesa diretora, informou que não concordava com alguns posicionamentos feitos e que ao não concordar deveria dar sugestões sobre o ponto criticado. Na defesa, Eder ressaltou que os relacionamentos continuarão numa das melhores convivências e sugeriu ao secretário Carlos que o novo presidente tenha tempo para estudar as legislações e possa se dedicar ao conselho. O presidente, que renunciou, agradeceu a presença de todos e encerrou novamente a reunião. Nada mais tendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata, que eu, Simone Marques Martins, secretária ad hoc, registrei e passo a aprovação dos presentes, que posteriormente será assinada por todos. Patos de Minas, vinte e sete de abril de dois mil e vinte e três.

ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA GESTÃO 2019/2023. Aos vinte e nove dias do mês de maio de 2023, às 7h30, a presidente do Conselho Municipal de Educação, Márcia Helena Rodrigues Matos cumprimentou a todos e comunicou que aguardaria o prazo regimental para iniciar a reunião devido à insuficiência de quórum. Às 7h51min, vencido o prazo legal, deu-se início à reunião. A presidente iniciou a 49ª reunião do CME, conforme proposto em pauta, relatou: sobre a necessidade de discorrer sobre as considerações referentes as atas e assuntos tratados na última reunião. Neste momento, o conselheiro Eder Teixeira Piau, pediu a palavra e manifestou o interesse em permanecer na presidência do CME, mesmo após o seu pedido explícito de renúncia do cargo, conforme consta na ata na reunião anterior, pois, segundo ele agiu sob forte pressão. Ainda informou que encaminhará comunicado ao CME sobre a sua decisão. Neste momento, a presidente Márcia, comentou, que para considerar o pedido de recondução ao cargo do então ex-presidente do conselho Eder, seria necessário um parecer jurídico para averiguação desta possibilidade e ainda ressaltou que a plenária deveria votar sobre a concordância deste ato. O conselheiro Júlio, alertou que a votação a respeito deveria acontecer somente após o parecer jurídico, neste momento houve consenso dos conselheiros. A presidente Márcia retoma a palavra e solicita aos conselheiros que se manifestem caso haja alguma correção nas atas dos meses anteriores. Quanto a ata nº 47, Aline, fez ressalva solicitando a inclusão da palavra “apenas” no seguinte trecho: onde lê-se: Eder questiona se quem participara da formação serão servidores efetivos. Aline responde que não, agora lê-se: Eder questiona se quem participara da formação serão apenas servidores efetivos. Aline responde que não. Após essa observação a ata nº 47 foi aprovada por unanimidade. Quanto a ata nº 48, a presidente esclareceu sobre as funções da Ione como assessora e Lazara como encarregada dos conselhos municipais. E ainda solicita à plenária esclarecimentos sobre alguns itens citados na ata anterior, tais como: a adesão ao Sistema Nacional da Educação, SNE e ICMS educacional, controle social, Fórum a ser promovido pela UNCME, Controle Social e outros. (assuntos tratados no congresso realizado no Congresso da UNCME no Paraná, esclareceu o conselheiro, Eder. Neste momento, Lazara, lembrou a todos os presentes que conforme aprovado pelos conselheiros em plenária as atas são enviadas anteriormente através de e-mail para a leitura de modo que a aprovação da mesma ocorra na reunião seguinte, após as considerações que se fizer necessário pelos conselheiros sempre que possível com tranquilidade e transparência. O conselheiro, Éder, levantou a necessidade de alteração do quantitativo de participantes do CME, em função da não participação de alguns segmentos. A presidente, Márcia, alertou que o quantitativo está expresso no regimento do CME e com a Lei nº 588 de 29 de abril de 2019. E ainda, dialogou com os conselheiros sobre a importância de reconfigurar as reuniões de modo que possa incentivar a participação dos conselheiros, pois, em alguns casos recorrentes de polarização temas, pode ser causa do afastamento de alguns segmentos. A presidente, Márcia pediu ao conselheiro Éder, esclarecimentos sobre a frase que o conselheiro relata que o CME “não parceiro”. Ela questiona parceiro de quem? Caso a referência seja sobre a SEMED e ou outra sobre outra representatividade do CME, seria incoerente com o próprio regimento. Diante dos detalhes a serem esclarecidos na ata anterior, a presidente em consenso com a plenária, decidiram deixar a aprovação da mesma para a

reunião seguinte. Logo, a presidente fez a leitura da complementação da ata nº 44ª, após retificação realizada pela Márcia Helena Amâncio e Karine Pereira Rocha. A conselheira Maraisa, mencionou que na ocasião da reunião houve discussões acaloradas e que na redação do texto, buscou suavizar as palavras e que na ocasião o termo “aleatório” seria apropriado. Mas que concorda com a alteração sugerida pelas ex-conselheiras Márcia e Karine. Neste momento, o conselheiro Eder, pede a palavra e solicita a mesa diretora autorização para ler uma carta endereçada ao CME, cuja autoria não seria declarada por ele. A presidente, consultou a plenária se a carta poderia ser lida, uma vez que a leitura da mesma não foi descrita na pauta. Éder questionou que a inversão e a alteração na pauta era uma prática comum. A presidente, então explicou sobre a necessidade de a mesa diretora rever posturas, estabelecer critérios e protocolos, para que haja fluência na reunião. Pois, a mudança na pauta, com a leitura de documento, embora fosse possível, não se justifica em função do pedido não ter sido formalizado anteriormente. Destacando que a reunião anterior, foi encerrada após a renúncia do cargo do presidente Éder, deixando assuntos pendentes da pauta anterior para esta reunião. E mais uma vez, a presidente, fala sobre a importância da fluência da reunião, a mesma deve ocorrer de modo a garantir que as proposições sejam claras e não baseadas em interpretação simplória diante dos fatos. Pois, como já foi mencionado, a preocupação de motivar a participação dos 34 membros, acreditando que muitas pessoas pensando juntas seja positivo para o CME. Portanto, após ouvir a plenária, a decisão sobre a leitura do documento foi que o conselheiro Éder deveria apresentar a carta endereçada ao CME à mesa diretora, que posteriormente organizaria para que a mesma pudesse ser feita na próxima reunião. A presidente Márcia, informou que atendendo à demanda do próprio CME, as seguintes demandas serão apresentadas: Programa Alfa e Beto e Inclusão de Tecnologia nas Práticas pedagógicas. A presidente, passou a palavra para a supervisora Gláucia Oliveira, coordenadora do Programa Alfa e Beto na rede municipal de ensino de Patos de Minas. A qual pontuou em sua apresentação, que se trata um programa adquirido na gestão anterior e implementado nesta gestão. Segundo a coordenadora, o Instituto Alfa e Beto, possui excelentes referências, e uma tradição de mais 20 anos. O IAB, propõe uma educação baseada em evidências, com foco na alfabetização (leitura e escrita). Salientou sobre os testes diagnósticos realizados na rede, na data de 15 de março de 2023, para estudantes do 3º ao 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental. Apresentou os resultados, 30% dos alunos não acertaram nenhum item, 11% dos alunos acertou apenas 1 item do teste, o que corresponde a mais de 40% não alfabetizados. Destacou que o IAB, trabalha com método fônico, o qual proporciona eficiência na alfabetização devido a carga neuropsicológica aplicada. Diante dos resultados, foi necessário a adequação das turmas. Neste momento o IAB, contou com a participação das equipes pedagógicas das escolas juntamente com a coordenação para analisar os resultados, considerando a realidade de cada escola, ressaltou a diretora pedagógica, Juliana. A conselheira Renata, perguntou a coordenadora se o estudante com menor rendimento pode ser remanejado de turma. A coordenadora municipal do programa respondeu que ao longo do processo a adequação pode ser feita. A conselheira Renata, salientou que trata-se de um estudante da educação especial. A conselheira, Aline, salientou que formação do IAB, foi ofertada também para os professores apoio. A conselheira Edilaine, informou que devido a organização da escola não foi possível a liberação de professores apoio para participarem da formação do IAB. Então, a coordenadora Gláucia, ressaltou que a formação para os professores apoio, foi ofertada posteriormente. A conselheira, Renata perguntou sobre a adequação do material do IAB para estudantes com necessidades especiais. A conselheira Gláucia, comentou que atua como professora apoio, e que percebe que alguns estudantes estão “perdidos” por não conseguirem acompanhar o desenvolvimento de atividades do material IAB. Aline, respondeu que a orientação dada pelo Núcleo de Apoio à Inclusão é que se preserve o direito de flexibilização curricular para o público da educação especial. Então a conselheira Gláucia, manifestou que método fônico exige articulação sonora e repetição do som pela professora e pelos alunos, segundo a percepção dela, este seria um dificultador, pois, neste caso, faz-se necessário que em uma mesma sala de aula haja o desenvolvimento de programas (atividades por nível) diferentes dentro do mesmo espaço, e ainda que compreende que retirar o aluno em questão do ambiente, contraria a Educação Inclusiva. O conselheiro Julio, expressou que no seu entendimento, a gestão precisa ser cuidadosa para que no momento da enturmação se olhe o perfil do professor para assumir turmas de alfabetização. A conselheira Beth, relatou sua experiência enquanto gestora escolar na rede estadual de ensino e sugeriu para a gestão da SEMED, buscar o diálogo com as escolas para colocarem no regimento escolar que “os professores com experiência em alfabetização assumam as turmas de alfabetização”. A presidente, Márcia, alertou, para a especificidade do quadro da funcionários, que tem dois perfis R1 e R2. A conselheira Maraisa, ressaltou que apenas o professor R2, tem a oportunidade de dobra (segundo cargo contratado) e que a situação acima apresentada impossibilitaria que o servidor experiente pudesse optar pela dobra, havendo um prejuízo financeiro do servidor. E ainda que mesmo se a proposta fosse feita, não haveria professor efetivo suficiente para preencher todas as vagas de professor alfabetizador. Houve um questionamento sobre como se dá a situação de servidor que consegue “dobrar” sendo R1. A conselheira Edilaine, esclareceu, que quando ocorre essa situação trata-se de matrículas diferentes. A coordenadora municipal, Gláucia retoma a fala, para dar continuidade a sua apresentação. Ela, então apresenta o lema do IAB, “Aprender a ler. Ler para aprender.” Apresentou o vídeo, da estudante Yasmin Vitória, do programa PIA, 4º ano que foi alfabetizada com um mês de participação no programa. Destacou o caso, como demonstração do sucesso do programa. E ainda que, conforme observações do IAB, caso não haja a alfabetização do estudante, é possível que o

problema esteja na prática do professor. E neste caso, são traçadas estratégias para resolver a situação com orientação do IAB. Após, o encerramento da apresentação a coordenadora, Gláucia recebeu aplausos. Em seguida a presidente, Márcia, convidou a conselheira Eliane, para explicar sobre “Inclusão de Tecnologias Digitais na prática pedagógica. A conselheira, propõe uma discussão dialogada, sobre a temática. Destaca que inserir tecnologias na Educação exige Visão, Competência, Recursos Digitais e Infraestrutura, conforme previsto pelo Centro de Inovação da Educação Brasileira, CIEB. Salienta que as práticas pedagógicas consistem em experiências de aprendizagem planejadas, estruturadas e sistematizadas por docentes e que, portanto, além dos conhecimentos pedagógicos e do próprio conteúdo que ministram, os professores devem se familiarizar as Tecnologias de Digitais Informação e Comunicação (TDICs), oportunizando o protagonismo do estudante e redefinindo o papel do professor na perspectiva da Cultura Digital. Ela, apresenta trechos da Lei de Educação Conectada, 14.180 de 1º de julho de 2021 e da Lei 14533 de 11 de janeiro de 2023, que institui a política Nacional de Educação Digital (Pned), com medidas de estruturação e incentivo ao ensino de computação, programação e robótica nas escolas. Ressalta o Art. 3º O eixo Educação Digital Escolar tem como objetivo garantir a inserção da educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, a partir do estímulo ao letramento digital e informacional e à aprendizagem de computação, de programação, de robótica e de outras competências digitais. Neste momento, convida os conselheiros para refletirem juntos sobre a realidade do município neste contexto. Pergunta, como está o andamento cumprimento das metas previstas na rede privada e pública (municipal e estadual). Relata a sua experiência profissional na rede pública com uso das TDICs. Destacou o período da Pandemia de Covid-19, como recorte histórico em que se mostrou o potencial das TDICs e ao mesmo tempo o quanto discrepância social prejudicou a aprendizagem de estudantes da rede pública. Sem acesso a internet, e à dispositivos eletrônicos inúmeras famílias não puderam estabelecer conexão com a escola. E ainda destacou que houve relatos sobre dificuldades na utilização das TDICs. O simples fato de acessar um e-mail, um ambiente virtual, afastou a possibilidade de acesso aos Recursos Educacionais Digitais. REDs ofertados. A conselheira Gláucia, fez uma intervenção dizendo que compreende a importância deste avanço anunciado, mas que enquanto professora sente como desafio e salienta a importância do apoio necessário da rede para os professores se sintam seguros na implementação de atividades com TDICs. Eliane, ressaltou que haverá um movimento da rede de estar próximo aos professores na construção de um programa de inclusão digital. Onde está previsto, o caminhar junto, “pegar na mão” para que a transformação digital de fato seja uma realidade na escola pública. Neste momento, a secretária de administração participante, Ana Paula, fez considerações relevantes sobre a importância de utilizar as TDICs na sala de aula, destacando sua experiência como professora universitária. E chamou a atenção para que um projeto dessa magnitude precisa ser divulgado com entusiasmo, para motivar os professores. Segundo ela devido atraso da modernização do ensino, não há tempo para “pegar na mão”, é preciso colocar em prática logo. Então, o conselheiro Júlio, elogiou as iniciativas da SEMED para promover o letramento digital da comunidade escolar. E relatou a sua experiência profissional com TDICs durante o período de Pandemia. Eliane, retomou a fala, comunicando sobre a realização da oficina Empreendedorismo Digital, que acontecerá na rede. Trata-se de um momento com estudantes e professores para ensinar acessar o e-mail institucional, o Classroom, e a plataforma Canva For Education. Com objetivo de desartá-los para o desenvolvimento de habilidades e competências empreendedoras com a utilização de recursos educacionais digitais. A culminância do projeto, será na Feira do Empreendedorismo em parceria com o SEBRAE, prevista para novembro de 2023. E finalizou, dizendo de a importância destacar que tanto a rede municipal como a rede estadual têm percorrido caminhos distintos na corrida para a promoção do letramento digital, no entanto ambas tem buscado alternativas possíveis. E convida a todos os conselheiros para que estejam sensíveis à causa, por entender que o papel da CME é imprescindível em pautas tão específicas da escola pública. Eliane, recebeu aplausos e reformou palavra a presidente. Neste momento foi feita a intervenção da conselheira Aline, informando a todos que o conselheiro Eder, havia postado a carta no grupo de WhatsApp do CME sem a concordância dos demais conselheiros, uma vez que no início da reunião da presidente, Márcia, havia acordado que ela deveria antes ser passada para a mesa diretora. Diante do ocorrido, a presidente, Márcia, solicitou o esclarecimento ao conselheiro Eder, sobre a atitude de contrariar uma decisão dos conselheiros presentes. Ela o questionou sobre atitudes imaturas, razões que o levaria a atitude contrária ao que se espera de um conselho. A presidente, repudiou a atitude do conselheiro Eder que agiu de forma sorrateira ao postar a carta no grupo desobedecendo uma decisão tomada em conjunto. O conselheiro, Eder argumentou que pediu para ler a carta e que diante da negativa, quis postá-la por entendimento próprio que os conselheiros deveriam ter acesso ao conteúdo da carta, sob alegação de que ela já circulava. A participante, Ana Paula, se pronunciou dizendo que a atitude do conselheiro Eder, prejudicou o andamento da reunião que até então estava discutindo Educação como se deve. O conselheiro, Júlio, manifestou que atitudes como essa, são possíveis causas de afastamento dos conselheiros. Eliane, sugeriu que a postagem fosse apagada imediatamente apagada do grupo. O procurador do município, Dr. Paulo Henrique, estava presente na reunião e orientou o registro da ocorrência policial pelo descumprimento da decisão dos conselheiros presentes que determinou que antes a carta fosse entregue a mesa diretora para conhecimento. A presidente, Márcia, exigiu que o conselheiro Eder, fizesse uma retratação a respeito da sua decisão e exclusão da postagem. A conselheira Beth, informou que recebeu a carta anteriormente há duas semanas anteriores. E que após a leitura dela. Foi à SEMED, para conversar com o secretário, Carlos sobre o teor da carta. Quanto ao questionamento feito na carta sobre o Programa Alfa e Beto, avaliou o material, fez a sua consideração à equipe. Depois da sua fala inicial, Beth, alertou ao conselheiro Eder, para focar na sua inteligência e boa pessoa ele é. O convidou para colaborar na construção de uma educação de força, de excelência para o município. Beth, ainda anunciou que está organizando a participação da SEMED em uma tribuna livre na Câmara Municipal de

Vereadores para apresentar a proposta do Programa Alfa e Beto na rede municipal de Patos de Minas. A diretora pedagógica, se manifestou dizendo que foi citada na carta por duas vezes. Ela ressaltou a sua postura profissional, que age com responsabilidade por aquilo que é preciso cumprir e que prima pelo diálogo. E repudiou a atitude covarde que denigre e exclui o outro. Disse que o teor da carta, ofende o seu ponto de equilíbrio. Pois, a questiona se uma educadora infantil tem competência para assumir um cargo de diretora pedagógica. E para ela essa crítica é desumana, ela como educadora pode chegar aonde quiser. E termina sua fala convidando a todos a para o diálogo, tanto por convocação para as reuniões do CME como para procurá-la na SEMED enquanto diretora pedagógica. O secretário municipal de Educação, se pronuncia afirmando que estar a frente de uma secretária não é brincadeira. E que não vai admitir que representantes da SEMED continuem sendo atacados dessa forma. Segundo o secretário, Carlos o conteúdo da carta não os representa, pelo contrário, o potencial dessas pessoas que estão na equipe é que tem incomodado. A disseminação da carta, tem a pretensão de intimidar, mas que não teme, pelo fato de conduzir uma gestão transparente. O secretário, Carlos enfatiza que é necessário solicitar análise jurídica, porque a atitude do conselheiro Eder não representa a Educação. E que no seu entendimento ações que gera divisão e difamação, impede que o trabalho transcorra de forma pontual. O secretário, Carlos, questiona se diante de contrariedade pessoal, vale tudo? O secretário, Carlos reafirma que a equipe da SEMED, seguirá firme no trabalho com toda dignidade e ética. As pessoas que trabalham na equipe são dignas de todo o reconhecimento e gratidão. O secretário, Carlos agradece o empenho de todos, pede desculpas pelo transtorno. O conselheiro, Eder, pediu a palavra para responder a Beth, em seguida afirma que a secretária já conhecia o conteúdo da carta e que, portanto, a leitura não foi feita no início da reunião. A presidente, Márcia fez a intervenção, dizendo que a mesa diretora não sabia da existência da carta, e que jamais agiria com tamanha falta de ética. Ressalta que o fato de trabalhar na SEMED, não impede que se exerça função no CME com profissionalismo. A participante, Ana Paula, se dirigiu ao conselheiro Eder, dizendo que ele foi abusivo e não respeitou a mesa diretora. E que até o momento a reunião estava sendo conduzida muito bem, com discussões voltadas para a Educação. Até que ele, Eder, discordou e postou a carta no grupo de WhatsApp causando tumulto na reunião. A secretária, Eliane se dirigiu ao conselheiro Eder, lamentando pelo ocorrido, e dizendo que a atitude dele foi desrespeitosa com a mesa diretora e que infelizmente esta atitude não respeitar as pessoas durante as reuniões têm sido recorrente. O procurador do município Dr Paulo Henrique orientou que diante dos fatos, se faça um boletim de ocorrência. A mesa diretora concordou em realizar uma votação entre os conselheiros presentes para decidirem sobre a realização do boletim de ocorrência em função do desrespeito à mesa. A presidente, Márcia solicitou maiores esclarecimentos ao procurador Dr. Paulo Henrique sobre os procedimentos a serem tomadas. E seguida, a presidente Márcia, pediu que a pauta da reunião fosse retomada. Neste momento, ela convidou a assessora Ione para apresentar sobre o Plano Municipal da 1ª Infância. Segundo a assessora dos conselhos municipais, Ione trata-se de uma iniciativa do Governo Federal, que se iniciou em abril de 2023. Ione, disse que os 50 primeiros municípios a se inscreverem terão assessoria gratuita. Saliente que o assunto não é novo, já houve iniciativas nesse sentido em 2021. A proposta é construir um Plano Municipal da 1ª Infância/2024, o documento será escrito com a participação de servidores da SEMED e de outras secretarias. Será necessário a constituição de câmaras técnicas, para participação em fóruns e reuniões para construção de indicadores sobre a temática. Será assinada uma carta de anuência e haverá uma reunião com prefeito Luis Eduardo Falcão a fim de firmar as parcerias. A Ione, recebeu palmas após a sua explanação. Em seguida, a presidente Márcia, convidou o secretário Carlos, para apresentar o planejamento de ações referente aos 25% da verba do FUNDEB. O secretário, Carlos disse que recebeu um documento entregue pelo CME, referente à um levantamento de demanda de construção de CMEI e escolas por bairros e que foi feito um estudo e planejamento para que essas obras sejam executadas, o que reduziria bastante as listas de espera de crianças e estudantes. Primeiramente, estão previstas obras de ampliação da E.M. Frei Leopoldo, CMEI Vovó Lindoca, E.M. Maria Inez, E.M. Norma Borges e CMEI CCI Teba (demolição e construção). E construção de uma escola municipal no bairro Alto da Serra. O secretário, Carlos mencionou que existem outras demandas para construção e reformas em Santana de Patos, Santa Maria, bairros Planalto, Quebec, Sebastião Amorim e a também a construção do novo CMEI Ivalda Alves. A conselheira Renata, perguntou como ter acesso ao projeto de reforma das escolas para compreender algumas situações da obra que está em andamento na escola onde atua. A conselheira manifestou interesse em conhecer o projeto sugerir possíveis adequações. O conselheiro, Júlio, fez um relato pessoal de sugestão de dada à mudança de local do quadro da sala aula em função da reflexão de luz e que não foi atendido. O procurador Dr. Paulo Henrique sugeriu à mesa diretora que convidasse o responsável pelos projetos para apresentá-los ao CME com a finalidade de ouvir as pessoas que estão inseridas no contexto das obras. Em seguida o conselheiro, Julio, pediu a palavra e pediu apoio à secretaria para casos de depressão com estudantes da rede, especialmente dos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, no sentido de ofertar um serviço de prevenção ao suicídio. A participante, Ana Paula, relatou alguns episódios ocorridos em sua experiência profissional como professora em que foi necessário o acolhimento, e destacou que as medidas preventivas sejam a opção viável para o momento, sugere a criação de protocolos. A conselheira Aline, falou sobre a ética do cuidado, da necessidade de mapear situações e estabelecer parcerias com outras secretarias. O procurador, Dr. Paulo Henrique, lembrou a todos dos programas de prevenção desenvolvidos pela GESAT. Após, a explanação dos conselheiros sobre a problemática apresentada, a presidente Márcia sugeriu que o conselheiro Júlio

que solicite a temática como pauta da próxima reunião. E solicitou a encarregada dos conselhos municipais, Lazara para convidar conselheiros para comporem a comissão de cadastramento infantil, Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para a Matrícula – SUCEM, os membros apontados foram: Gismênia Geânia Silva Artigan como membro titular e Sayonara Luíza Silva Azevedo com suplente. A conselheira Renata, justificou as suas faltas em função do horário de trabalho. A presidente, Márcia agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. e eu Eliane Alves Silva lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes. Patos de Minas, vinte e nove de maio de dois mil e vinte e três.

ATA DA 50ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA GESTÃO 2019/2023. Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2023, às 13h50min horas a assessora técnica do conselho Ione Aparecida de Avelar cumprimentou a todos para dar início a reunião fazendo a abertura oficial e da pauta dos seguintes assuntos: Abertura – verificação do quórum; Aprovação das atas das reuniões anteriores; Apresentação e análise de propostas em andamento da Secretaria Municipal de Educação – SEMED – Ione Aparecida de Avelar; Discussão sobre o suicídio em pré-adolescentes e adolescentes – Júlio César Ferreira Brasil; Apresentação de dados relativos à frequência dos segmentos em reuniões do CME – gestão 2019 a 2023; Eleição de representantes do CME para compor a comissão do Cadastro Escolar Infantil da Rede Municipal; Informes gerais. Após a leitura da pauta a assessora técnica iniciou os trabalhos com a leitura do ofício nº 409/2023 de consulta da possibilidade de o Conselheiro Éder Teixeira Piau tornar sem efeito sua renúncia, sendo que o parecer da procuradoria sobre a volta do mesmo a presidência trouxe o seguinte posicionamento: Sendo assim a procuradoria geral do município emitiu um parecer nº 324/2023 trazendo a este conselho o seguinte posicionamento: “em relação a justificativa apresentada pelo Sr. Eder Teixeira Piau para retornar à função de Presidente do Conselho Municipal de Educação, no sentido de que não assinou nenhum documento oficializando sua renúncia, entendendo que a mesma não possui qualquer amparo legal. Conforme já informado, a ata de reunião é documento oficial, inexistindo qualquer forma escrita, especialmente quando a subsunção do ato ocorreu em Plenário em reunião regular.” Portanto, a renúncia do conselheiro foi consumada e a reunião voltou a ser conduzida pela vice-presidente, Márcia Helena Rodrigues Mattos que segundo o regimento assume o posto sempre que houver falta ou vacância do cargo. Após a leitura do parecer, a assessora técnica abriu espaço para que os conselheiros manifestassem sobre o parecer e não houve posicionamento de nenhum dos membros do conselho, acatando portanto o parecer do procurador. Neste momento o conselheiro Éder manifestou alegando que o parecer da procuradoria fere o item de imparcialidade uma vez que o Procurador Paulo Henrique Rabelo da Silveira esteve envolvido no episódio em questão, sendo que o parecer é do próprio procurador e que gostaria de um parecer da UNCME visto que agora somos filiados. Nesse momento, Ione argumentou que o fato de se filiar a UNCME, não restringe a função do conselho empossado desde 2022, que tem regimento próprio e somos um Sistema Municipal. Márcia Mattos alegou que nós, conselheiros, temos autonomia e legitimidade para decidir a respeito, uma vez que houve reuniões e o CME precisa seguir em frente, esse assunto já está desgastante e se arrastando por muito tempo. Tal alegação foi validada por todos os presentes. Mateus destacou que o parecer da procuradoria foi dado pelo Procurador Sr. Luan Henrique Magalhães e que ele não tem envolvimento nenhum no caso, derrubando a tese de imparcialidade e que não concorda com o pedido de novo parecer da UNCME. Foi comunicado que fica o conselheiro Éder livre para fazer a consulta a UNCME, na condição de pessoa, não pelo conselho, pois a sua renúncia foi formalizada com o parecer da procuradoria pelo indeferimento de sua volta ao posto de presidente do conselho. Caso a UNCME atenda sua consulta pessoal, em nada implicará, pois a mesma não terá validade para o conselho. O conselheiro Éder comentou ainda que em 06/06/2023 fez uma assinatura digital, o que foi questionado por Márcia Mattos, pois o mesmo não deveria ter assinado, uma vez que já não é mais presidente do conselho e esse fato por si, só piora a situação. Mateus ressaltou que assinar um documento em nome do presidente é uma infração, sendo usurpação de função, o que não deveria ter acontecido. A assessora técnica comunicou que assinatura digital foi solicitada a todos os conselheiros. Ione A Avelar falou também aos conselheiros que no mês de maio saiu um edital em parceria com a USP para capacitação de 5 (cinco) conselheiros por estado e eles não foram informados pelo fato do município até aquela data ainda não ter firmado parceria com a UNCME, mesmo assim o conselheiro Eder Teixeira Piau fez sua inscrição e está fazendo a formação. Prosseguindo com a reunião, Ione apresentou a minuta do Projeto de lei que amplia o auxílio-transporte para os funcionários do meio rural que deixaram de receber desde de janeiro de 2022 esse auxílio. Esclareceu que tal auxílio é somente para aqueles que residem no meio rural e se deslocam para trabalhar, sem ter acesso ao transporte público ou outra forma de transporte, ficando o funcionário responsável pelas despesas de transporte todos os dias. Ainda segundo Ione, os valores retroativos podem aproximar de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e o atual montante será feito com base de cálculo na quilometragem percorrida por litro de gasolina, tudo isso após o estudo do impacto financeiro no Município de Patos de Minas. O Secretário Carlos ressaltou que o decreto que vigorava anteriormente excluía uma parte dos servidores e que esse agora vem corrigir essa injustiça, uma vez que o município não tem transporte escolar nesses locais e nem outra forma de transporte para o uso do servidor, justificando assim, a necessidade desta complementação através desse decreto e de seus anexos. Em dado momento, Mateus esclareceu que esse auxílio é somente para quem reside e trabalha na zona rural. Findada a apresentação, Ione A Avelar passou a palavra para presidenta Márcia Mattos, que seguiu justificando a ausência do Conselheiro Júlio César Ferreira Brasil que falaria sobre suicídio, ficando para a próxima oportunidade. O conselheiro Ricardo Gonçalves Barreto pediu a palavra para questionar o secretário Carlos a respeito do assunto Municipalização, uma vez que tem surgido vários comentários entre funcionários, pais e comunidade como um todo. Outros conselheiros também se

manifestaram sobre os rumores, no entanto, Carlos comunicou que a atual proposta apresentada pelo Estado para municipalizar não é viável financeiramente no momento e que ainda é necessário apreciação da Comissão de Acompanhamento da Municipalização (Projeto Mãos Dadas) com parecer técnico, respeitando a Lei 8.274 de 22 de junho de 2022 que obriga o poder executivo de realizar consulta prévia ao Conselho Municipal de Educação e atender critérios específicos elencados no art. 3º parágrafo 1º, incisos I ao VII. O procurador Paulo Henrique disse que a administração não vê vantagem nenhuma em Municipalizar e que nada chegou a esse respeito. Márcia Mattos pediu que se colocasse em pauta através de ofício todos os assuntos para ser apreciados de forma eficiente e possam receber as devolutivas. Seguindo a pauta, Lazara apresentou o estudo da frequência de conselheiros em reuniões por segmentos desde o ano 2019 a maio de 2023. Nesse momento, a conselheira Eva se manifestou fazendo um pedido e uma observação para que todos os slides que forem apresentados em reunião tivessem uma formatação com fonte maior, pois a mesma é deficiente visual e tem dificuldade em acompanhar as apresentações. Lazara aproveitou para fazer um agradecimento aos conselheiros pelo trabalho voluntário que prestam, reconhecendo a valiosa contribuição de todos. Diante do grande número de conselheiros infrequentes, o Professor José Ferreira Mendes Júnior pediu licença para fazer a seguinte colocação: a grande ausência de conselheiros em grande parte é por desgaste com os embates constantes, em suas palavras, “é muita briga e pouca produtividade das reuniões”, o que acaba por afastar conselheiros. Márcia Mattos disse que realmente o conselho precisa ser ressignificado, com sugestão de pauta e participação de todos, pensando no MACRO, para isso, é preciso sugerir, propor temas e estarmos alinhados para que avancemos em objetivos pertinentes e produtivos nesse conselho. O secretário de Educação Carlos contou que recebeu a visita do Prefeito da cidade de Maringá/Paraná, Sílvio de Barros, que fez alguns apontamentos que precisamos avaliar e refletir sobre os impactos da modernidade que afetará até nas profissões, e que é preciso repensar tudo isso, sobre tudo, quais mudanças serão necessárias na educação para fortalecer as ações uma vez que tudo evolui. A conselheira Maria Aparecida Fernandes Sousa aproveitou para externar que a Educação especial não pode ser somente uma aba na chamada educação Regular e sim uma educação inclusiva de verdade, para isso, precisamos estar preparados para receber essa demanda que vem crescendo a cada dia. Pediu ainda que, o conselho olhe com carinho esse segmento, pois é daqui que sai as diretrizes para o atendimento. Nesse momento, Carlos apontou que no município o atendimento aos alunos especiais está muito avançado e que o Projeto Alavancas do Instituto Rodrigues Mendes tem contribuído muito para isso. A conselheira Eva falou do quanto o município tem crescido no atendimento aos alunos com necessidades especiais, em relação a Rede Estadual. Ana Paula enfatizou o trabalho que a APAE realiza e disse ser importante que o Município trouxesse para a rede a expertise deles. Ressaltou ainda, a preocupação com a falta de profissionais na área da Educação e o aumento da demanda de alunos na Rede Municipal em todos os segmentos, isso precisa ser discutido e avaliado pois impacta diretamente na realidade. Carlos disse que teremos que achar soluções tecnológicas para suprir algumas demandas, disse ainda que em pesquisa feita até o momento somente os CMEIS tem defasagem de vagas. O vereador Vitor Porto pediu a palavra e colocou a Câmara a disposição do conselho no que precisar. Encerrando a reunião Lazara pediu ao conselho dois representantes para acompanhar a comissão de cadastro Escolar sendo que se ofereceram Gismênia Geânia Silva Artigan como titular e Eva Cléia Pereira de Jesus Caixeta como suplente, já sendo deliberado que a próxima reunião será no período da manhã às 07h30min, no dia 31/07, Márcia Helena Rodrigues Mattos finalizou a reunião e eu Maraísa Cristina Dâmaso lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes. Patos de Minas, vinte e nove de junho de dois mil e vinte e três.

CONTEÚDO

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade de seus emissores: Órgãos Públicos, Entidades e, demais interessados. Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor. Para informações sobre como contatar o órgão emissor, telefone: (034) 3822-9680 – Diretoria de Comunicação Social.

DIÁRIO OFICIAL DE PATOS DE MINAS

Endereço: Rua Doutor José Olympio de Mello, 151 – Bairro Eldorado – Patos de Minas/MG.
Telefone: (34) 3822-9680.

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA Prefeito Municipal

CAROLINA FILARDI TAFURI
MÁRCIA CHRISTINA DE S. O. CAIXETA
Diagramação

Órgão Oficial do Município de Patos de Minas, criado pela Lei n.º 7.687 de 28 de novembro de 2018 e regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 4.703, de 03 de outubro de 2019.